





# CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A

CNPJ 07.043.628/0001-13



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)											
	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
<b>Ativo</b>											
<b>Circulante</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	4	545	8.693	1.739.669	1.738.910	12	403	92	10.138.764	11.234.989	
Contas a receber, líquidas	5	-	-	6.426.906	6.117.610	12	-	-	35.751	1.379.799	
Partes relacionadas	15	11.459	13.350	455.056	491.044	13	-	-	5.385.356	5.857.462	
Estoques	6	-	-	498.006	409.679	14	19.488	2.411	2.479.889	1.569.534	
Tributos a recuperar, líquidos	7.1	14.558	18.384	1.154.203	1.218.853	16	19.025	73.948	3.307.930	794.380	
Despesas antecipadas	8	-	-	1.392.610	1.288.408	18	-	-	3.360.198	2.333.592	
Outros ativos contratuais	-	-	-	245.211	195.526	15	-	-	215.291	170.150	
Ativo atuarial	-	-	-	-	120.495	17	-	-	585.827	446.630	
Outros ativos	-	-	-	248.335	133.998	15	-	-	9.283	9.996	
		26.562	40.427	12.159.996	11.714.523		38.916	76.451	26.043.070	24.248.036	
<b>Não circulante</b>											
Tributos a recuperar, líquidos	7.1	48.347	49.974	2.395.974	2.365.592	12	-	-	1.302.102	1.568.029	
Tributos diferidos, líquidos	7.2	-	-	11.357.881	11.280.749	13	-	-	6.158.000	6.158.000	
Partes relacionadas	16	-	-	7.461	1.000	14	-	-	145.973	150.370	
Depósitos e bloqueios judiciais	15	314	551	4.377.228	3.948.262	16	1.932.990	2.050.388	31.854.085	36.383.332	
Ativo atuarial	-	-	-	24	20	18	-	-	10.480.007	5.418.031	
Despesas antecipadas	8	-	-	1.344.116	1.326.843	15	-	-	9.495.660	9.055.183	
Outros ativos contratuais	-	-	-	12.785	14.456	17	-	-	1.684.867	1.766.691	
Outros ativos	-	-	-	264.777	106.765	-	-	-	118.819	211.491	
Investimentos	9	9.992.514	8.504.155	183.318	174.275	-	-	-	611.808	454.609	
Imobilizado	10	-	-	53.554.933	47.193.028	-	-	-	1.932.990	2.050.388	
Intangível	11	63.020	63.020	18.296.648	14.913.498	-	-	-	1.971.906	2.126.839	
		10.104.195	8.617.700	91.795.145	81.324.488				87.486.391	79.225.772	
<b>Total do ativo</b>		<b>10.130.757</b>	<b>8.658.127</b>	<b>103.955.141</b>	<b>93.039.011</b>				<b>103.955.141</b>	<b>93.039.011</b>	
<b>Passivo</b>											
<b>Circulante</b>											
Fornecedores	12	-	-	-	-	12	403	92	10.138.764	11.234.989	
Fornecedores - outras contas a pagar	12	-	-	-	-	12	-	-	35.751	1.379.799	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	-	-	-	13	-	-	5.385.356	5.857.462	
Obrigações fiscais, líquidas	14	-	-	-	-	14	19.488	2.411	2.479.889	1.569.534	
Partes relacionadas	16	-	-	-	-	16	19.025	73.948	3.307.930	794.380	
Passivo de arrendamento	18	-	-	-	-	18	-	-	3.360.198	2.333.592	
Receitas diferidas	15	-	-	-	-	15	-	-	215.291	170.150	
Provisões	15	-	-	-	-	15	-	-	585.827	446.630	
Passivo atuarial	17	-	-	-	-	17	-	-	9.283	9.996	
Outras obrigações	-	-	-	-	-	-	-	-	524.781	451.504	
		38.916	76.451	26.043.070	24.248.036				38.916	76.451	
<b>Não circulante</b>											
Fornecedores	12	-	-	-	-	12	-	-	1.302.102	1.568.029	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	-	-	-	13	-	-	6.158.000	6.158.000	
Obrigações fiscais, líquidas	14	-	-	-	-	14	-	-	145.973	150.370	
Partes relacionadas	16	-	-	-	-	16	1.932.990	2.050.388	31.854.085	36.383.332	
Passivo de arrendamento	18	-	-	-	-	18	-	-	10.480.007	5.418.031	
Provisões	15	-	-	-	-	15	-	-	9.495.660	9.055.183	
Passivo atuarial	17	-	-	-	-	17	-	-	1.684.867	1.766.691	
Receitas diferidas	-	-	-	-	-	-	-	-	118.819	211.491	
Outras obrigações	-	-	-	-	-	-	-	-	611.808	454.609	
		1.932.990	2.050.388	61.443.321	55.007.736				1.971.906	2.126.839	
<b>Total do passivo</b>		<b>10.130.757</b>	<b>8.658.127</b>	<b>103.955.141</b>	<b>93.039.011</b>				<b>103.955.141</b>	<b>93.039.011</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros a realizar	Ganho (perda) em transações de capital	Lucro (prejuízo) acumulado	Outros resultados abrangentes		Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
						Outros resultados abrangentes	Ganho (perda) em transações de capital		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020 reapresentado</b>	9.509.569	77.080	1.449.873	(71.245)	-	(326.807)	(709.674)	9.928.796	10.736.803
<b>Reclassificação perdas em transações de capital</b>	-	-	-	71.245	-	-	(71.245)	-	-
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2021 reapresentado</b>	9.509.569	77.080	1.449.873	-	-	(326.807)	(780.919)	9.928.796	10.736.803
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.935.026	-	-	1.935.026	1.517.138
Perdas em transações de capital, líquidas (Nota 1 iv./v.)	-	-	-	-	(168.421)	-	(5.460.460)	(5.628.881)	(10.982.404)
Efeito de cisão	-	-	-	-	726	-	-	726	726
Prescrição de dividendos	-	-	-	-	954	-	-	954	240
Constituição de reserva legal (Nota 19)	-	88.414	-	-	(88.414)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 19)	-	-	-	-	(16.799)	-	-	(16.799)	(16.799)
Constituição de reserva de lucros	-	-	1.663.072	-	(1.663.072)	-	-	-	-
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	14.645	-	-	-	14.645	14.645	14.645
Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	-	-	-	-	-	3.164	-	3.164	3.723
Atualização do passivo atuarial, líquido (Nota 17)	-	-	-	-	-	293.657	-	293.657	347.570
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	9.509.569	165.494	3.127.590	-	1.579.637	(29.986)	(6.241.379)	6.531.288	7.251.951
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	6	6	(927)
Perdas em transações de capital, líquidas	-	-	-	-	(78.982)	-	-	-	-
Constituição de reserva legal (Nota 19)	-	78.982	-	-	(15.007)	-	-	(15.007)	(265)
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 19)	-	-	-	-	(1.485.648)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	1.485.648	-	-	-	-	-	-
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	16.799	-	-	-	-	16.799	(305)
Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	-	-	-	-	-	(178)	-	(178)	(483)
Atualização do passivo atuarial, líquido (Nota 17)	-	-	-	-	-	46.306	-	46.306	53.035
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	9.509.569	244.476	4.630.037	-	16.142	(6.225.231)	(6.241.373)	8.158.851	8.309.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido básico e diluído por ações)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita operacional, líquida	20	-	42.672.762	39.717.998
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	21	-	(25.196.435)	(23.775.050)
Lucro bruto	-	-	17.476.327	15.942.948
Despesas comerciais	21	-	(8.556.326)	(7.636.889)
Despesas gerais e administrativas	21	(906)	(3.173.889)	(2.959.956)
Resultado de equivalência patrimonial	9	1.432.724	2.042.803	23.111
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	(17)	(1.970)	1.030.762
Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social	21	1.431.801	2.040.068	6.980.926
Receitas financeiras	22	398.694	671	2.304.303
Despesas financeiras	22	(242.055)	(105.713)	(6.541.372)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	22	1.588.440	1.935.026	2.743.857
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(8.803)	-	(382.531)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	-	-	224.721
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.579.637</b>	<b>1.935.026</b>	<b>2.586.047</b>
Atribuível aos acionistas controladores		1.579.637	1.935.026	1.579.637
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	1.006.410
Lucro líquido do exercício diluído por ações, em reais	19	0,00776	0,00950	0,00776

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.579.637	1.935.026	2.586.047	3.452.164
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Ganho na atualização do plano de benefício	70.161	444.934	150.517	971.556
Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho na atualização do plano de benefício	(23.855)	(151.277)	(51.176)	(330.329)
Outros resultados abrangentes líquidos reclassificados para resultado do exercício:				
Reflexo de variação cambial sobre investimento líquido no exterior	(178)	3.164	(482)	6.887
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	46.128	296.821	98.859	648.114
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>	<b>1.625.765</b>	<b>2.231.847</b>	<b>2.684.906</b>	<b>4.100.278</b>
Atribuível aos acionistas controladores	1.625.765	2.231.847	1.625.765	2.231.847
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	1.059.141	1.868.431

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas	-	-	52.540.760	51.168.516
Vendas de serviços e mercadorias, líquidas de descontos, cancelamentos e devoluções	-	-	1.196.840	1.442.752
Outras receitas	-	1.101	(989.281)	(712.649)
Provisão para perdas de crédito esperadas	-	1.101	52.748.319	51.898.619
Insuamos adquiridos de terceiros	-	-	(7.446.982)	(7.625.453)
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(763)	(723)	(11.554.110)	(10.676.484)
Material, energia, serviços de terceiros e outros	(763)	(723)	(19.001.092)	(18.301.937)
Valor adicionado bruto	(763)	378	33.747.227	33.596.682
Depreciação e amortização	(763)	-	(11.031.667)	(10.155.172)
Valor adicionado líquido gerado	(763)	378	22.715.560	23.441.510
Valor adicionado recebido em transferência	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	1.432.724	2.042.803	23.111	32.622
Receitas financeiras	398.694	671	2.304.303	405.765
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>1.831.418</b>	<b>2.043.474</b>	<b>2.327.414</b>	<b>438.387</b>



# CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A

## CNPJ 07.043.628/0001-13



→ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Aquisição, sendo que na data desta divulgação os procedimentos para alocação do preço de compra, ainda estão em andamento. A diferença entre o valor da contraprestação transferida e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento inicial de um ágio preliminar por expectativa de rentabilidade futura. O referido ágio por expectativa de rentabilidade futura da aquisição decorre principalmente de sinergias e economias de escala esperadas. A alocação do ágio será finalizada após conclusão dos procedimentos de alocação do preço de compra e emissão final do laudo de avaliação a ser emitido por empresa especializada independente. A Administração espera que o ágio seja dedutível para fins fiscais.

c) **Informações adicionais sobre a Jonava**  
Os resultados financeiros gerados por este negócio adquirido do Grupo Oi passaram a ser consolidados pela Claro a partir do mês de maio de 2022. Receita líquida e resultado desde a data de aquisição:

	Valores históricos	2022
Desde a data de aquisição		
Receita operacional, líquida		985.014
Prejuízo do período		(8.398)

d) **Aquisição de parte da UPI Ativos Móveis da Oi - Arbitragem e Decisão do Juízo do Rio de Janeiro Arbitragem:**  
Nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato") celebrado em 28 de janeiro de 2021 entre a controlada Claro, TIM S.A. ("TIM"), Telefônica Brasil S.A. ("Telefônica"), conjuntamente com TIM e a controlada Claro, "Compradoras") e a Oi S.A. ("Oi" ou "Vendedora"), conforme aditado (por intermédio do qual as Compradoras formalizaram a aquisição da UPI Ativos Móveis da Oi, abrangendo as atividades de telefonia móvel da Vendedora), as Compradoras, em 17 de setembro de 2022, notificaram a Vendedora sobre:  
a) suas conclusões relativas aos cálculos do ajuste de preço pós-fechamento, indicando a existência de divergências nas premissas e critérios de cálculo que justificam um ajuste no preço de fechamento ajustado, em benefício das Compradoras, no valor de aproximadamente R\$3.187 bilhões (dos quais, aproximadamente R\$708 milhões deverão ser pagos para a controlada Claro);  
b) a retenção integral do Valor Retido (conforme definido no Contrato) pelas Compradoras no valor de aproximadamente R\$1.447 bilhões (dos quais, aproximadamente R\$325 milhões foram retidos pela controlada Claro);  
c) A obrigação de a Vendedora efetuar o pagamento do montante residual do Ajuste Pós-Fechamento calculado com base no valor histórico (Data de Fechamento) no valor de R\$ 1,739 bilhões (dos quais, R\$ 383 milhões deverão ser pagos para a controlada Claro); e  
d) a obrigação da Vendedora indenizar às Compradoras por perdas (conforme conhecidas até aquele momento) no valor de aproximadamente R\$353 milhões (dos quais, aproximadamente R\$59 milhões deverão ser pagos para a controlada Claro).

Em 03 de outubro de 2022, as Compradoras iniciaram procedimento arbitral perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão contra a Vendedora, nos termos do Contrato, para tratar de descumprimentos contratuais da Vendedora ("Procedimento Arbitral").  
Em 03 de outubro de 2022, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro ("Juízo") deferiu pedido liminar formulado pela Oi para determinar a intimação das Compradoras para depositarem o Valor Retido (conforme definido no Contrato) atualizado, no valor de aproximadamente R\$1,5 bilhão (dos quais, aproximadamente R\$343 milhões deveriam ser depositados pela controlada Claro).  
Em 19 de outubro de 2022, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou o recurso das Compradoras contra a referida decisão, tendo a controlada Claro depositado a sua quota-parte em 24 de outubro de 2022. O valor depositado judicialmente deverá ficar acatulado até posterior decisão no Tribunal Arbitral. O Procedimento Arbitral encontra-se em andamento.

ii. **Cisão parcial da Claro e Americe! e versão do acervo cindido para a Torres do Brasil S.A. ("TBSA")**  
Em 24 de junho de 2022, foi aprovado através das Assembleias Gerais Extraordinárias ("AGE") das controladas Claro e Americe! e da TBSA, a cisão parcial das controladas Claro e Americe!, cujo o acervo foi composto por determinados ativos e passivos relacionados à infraestrutura de torres próprias, tendo sido as partes envolvidas acordadas para a TBSA. A partir desta operação a controlada Claro passou a utilizar a referida infraestrutura através de aluguel de longo prazo firmado entre as partes, conforme Notas 10 e 18.  
Conforme disposto nos respectivos protocolos de justificativa, e apurado nos respectivos laudos de avaliação dos patrimônios objeto da operação, esta operação ocasionou os seguintes efeitos:

- Redução do capital social da controlada Claro, sem o cancelamento de suas ações, no valor de R\$1.703, equivalente ao acervo líquido cindido ("Acervo Cindido - Claro"), avaliado a valor contábil em 31 de maio de 2022;
- Aumento do capital social da TBSA no valor de R\$1.703, com a emissão de 1.702.953 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a serem subscritas pelos acionistas da controlada Claro e integralizadas mediante versão do Acervo Cindido da Claro;
- Redução do capital social da controlada Americe!, sem o cancelamento de suas ações, no valor de R\$457, equivalente ao acervo líquido cindido ("Acervo Cindido - Americe!"), avaliado a valor contábil em 31 de maio de 2022; e
- Aumento de capital na TBSA no valor de R\$457, com a emissão de 457.418 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a serem subscritas pela Companhia e integralizadas mediante versão do Acervo Cindido - Americe!.

As variações de saldos em relação ao Acervo Cindido das controladas Claro e Americe!, do período de 31 de maio a 24 de junho de 2022, foram absorvidas pela TBSA, conforme determinado no protocolo de justificativa.

O acervo líquido cindido, vertido à TBSA em 24 de junho de 2022, está resumido a seguir:

	Claro	Americe!	Total		Claro	Americe!	Total
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
Circulante				Circulante			
Partes relacionadas	-	24.106	24.106	Partes relacionadas	24.106	-	24.106
Despesas antecipadas	3.042	181	3.223	Passivo de arrendamento	473.002	53.002	526.004
	<b>3.042</b>	<b>24.287</b>	<b>27.329</b>		<b>497.108</b>	<b>53.002</b>	<b>550.110</b>
Não circulante				Não circulante			
Tributos diferidos	79.467	18.978	98.445	Partes relacionadas	453.989	-	453.989
Despesas antecipadas	-	416	529	Provisões	282.829	44.411	327.040
Imobilizado	1.737.478	111.871	1.849.349	Passivo de arrendamento	584.974	57.379	642.353
	<b>1.817.361</b>	<b>130.962</b>	<b>1.948.323</b>		<b>1.321.592</b>	<b>101.790</b>	<b>1.423.382</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.820.403</b>	<b>155.249</b>	<b>1.975.652</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>1.818.700</b>	<b>154.792</b>	<b>1.973.492</b>
<b>Acervo líquido cindido</b>					<b>1.703</b>	<b>457</b>	<b>2.160</b>

Por se tratar de operação entre entidades sob controle comum, todos os montantes envolvidos foram mensurados a valor de livros contábeis, não tendo sido gerado nenhum ágio ou deságio.

iii. **Constituição de empresa Claro Pay Holding**  
Em 23 de agosto de 2022, foi deliberado em Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações a constituição da controlada Claro Pay Holding, que tem como objeto social a participação exclusiva em instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, a qual foi constituída com um capital social em R\$100,00 (cem reais) dividido em 100 (cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada ação, das quais 99 (noventa e nove) ações emitidas foram subscritas pela Companhia e 1 (uma) ação remanescente pela Telmex Solutions Telecomunicações S.A.

Em 28 de setembro de 2022, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Claro Pay Holding no valor de R\$20.767 com a emissão de 20.766.539, o qual foi totalmente subscrito pela Companhia e integralizado mediante a conferência da totalidade das ações que esta detinha na Claro Pay, consequentemente deixando a Companhia de deter qualquer participação direta na Claro Pay. A acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay em benefício da Companhia.

iv. **Aquisição Ustore**  
a) **Descrição da aquisição**  
Em 19 de setembro de 2019, a controlada Claro adquiriu 203.101 ações ordinárias de emissão da Ustore no montante de R\$24.000 (dos quais R\$22.836 refere-se ao ágio), representativas de 40% (quarenta por cento) do capital social votante e total. Nesta mesma data, a Claro e os Acionistas Controladores da Ustore assinaram o "Acordo de Acionistas", que previa uma opção de venda exercível pelos Acionistas Controladores contra a Claro em relação à totalidade das ações por aqueles detidas, conforme os termos e condições previstos no Acordo de Acionistas ("Opção de Venda").

Em 01 de novembro de 2022, em observância às condições contidas no Acordo de Acionistas da Ustore, a controlada Claro e os Acionistas Controladores da Ustore elevaram a Opção de Venda, que resultou na aquisição dos remanescentes 60% das ações do capital social total e votante pela controlada Claro, a qual consequentemente, tornou-se a única acionista com 100% das ações.  
Conforme descrito no CPC 15, em uma combinação de negócios realizada em estágios, a Companhia mensurou sua participação adquirida anterior e a diferença de R\$599 de ganho foi reconhecida no resultado do período.

O valor total da referida aquisição pela controlada Claro, foi de R\$77.591, tendo sido transferido na data de fechamento da operação o valor de R\$77.270 para os antigos Acionistas da Ustore, R\$240 foram descontados referente à assessoria jurídica e, o saldo restante de R\$81, retido para garantir possíveis perdas decorrentes de processos, e que deverá ser pago conforme condições previstas no contrato de Opção de Venda. Esta transação será contabilizada pelo método de Aquisição em estágios prevista na IFRS3/CPC15.

Pagamento à vista	(77.270)
Caixa e equivalentes de caixas adquiridos	1.833
(=) Aquisição de controlada líquido do caixa adquirido	<b>(75.437)</b>

b) **Valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos**  
Esta transação resultou em uma combinação de negócios por estágios conforme o IFRS 3 (R/PCP 15 (R1) - Combinação de Negócios, visto que a controlada Claro passou a deter o controle da Ustore através do pagamento em espécie e foi contabilizada pelo método de aquisição. A controlada Claro efetuou a identificação inicial dos ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como a classificação de tais ativos, com base no balanço patrimonial de 01 de novembro de 2022, nas condições econômicas, políticas e operacionais da Ustore, existentes na data da aquisição.

	Valores justos - Ustore
<b>Ativo</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	1.833
Contas a receber de clientes	2.877
Tributos a recuperar	96
Outros ativos	556
Imobilizado	2.864
Intangível	23.686
Intangível - softwares (a)	2.342
Intangível - contrato de não competição (b)	<b>34.449</b>
<b>Total dos ativos adquiridos</b>	
<b>Passivo</b>	
Fornecedores	85
Obrigações sociais e trabalhistas	1.138
Empréstimos e financiamentos	1
Obrigações fiscais, líquidas	283
<b>Total dos passivos assumidos</b>	<b>1.507</b>
<b>Total dos ativos e passivos</b>	<b>32.942</b>
<b>Total dos ativos líquidos adquiridos - 60%</b>	<b>19.765</b>
(+) Valor da contraprestação paga em dinheiro	77.270
(+) Valor retido (provisão)	81
<b>Total da contraprestação</b>	<b>77.351</b>
<b>Ágio apurado</b>	<b>57.586</b>

(a) **O software** foi avaliado pelo método MPEEM ("Multi-period Excess Earnings Method"), baseado em um fluxo de descontos de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis. Para estimar a vida útil remanescente de software, foi feita uma análise da duração média utilizando-se de um método de taxa de retritos. O valor justo alocado ao software será amortizado linearmente pelo prazo médio de 5 anos conforme a vida útil.  
(b) O contrato de não competição foi avaliado pelo método *With or Without* sendo utilizada a abordagem da renda ("income approach"), devido à possibilidade de se comparar o fluxo de caixa gerado com e sem o ativo identificado. Esse método funciona com base na probabilidade de competição e perda de receita proveniente da participação de um novo player com experiência de mercado envolvendo os sócios participantes desta aquisição. As restrições previstas no contrato de compra e venda da transação vigorarão por um período de 3 anos a contar da data em que cada um dos acionistas deixar de deter, direta ou indiretamente, participação societária na Ustore. Nesse contexto, visando evitar o retorno ao mercado dos sócios vendedores, o acordo de não competição foi avaliado por um período de 3 anos sendo considerado como adequado à definição de ativo intangível.

A Administração espera que o ágio seja dedutível para fins fiscais.

d) **Informações adicionais sobre a Ustore**  
Os resultados financeiros gerados por este negócio adquirido passaram a ser consolidados pela Companhia a partir do mês de novembro de 2022. Receita líquida e resultado desde a data de aquisição:

	Valores históricos	2022
Desde a data de aquisição		
Receita operacional, líquida		2.316
Lucro do período		505

**Operações Societárias 2021:**  
Como parte da estratégia do grupo, foram realizadas diversas operações societárias. Por se tratar de transações entre entidade sob controle comum, todos os montantes envolvidos foram mensurados a valor de livros e não foi gerado nenhum ágio ou deságio nas transações. A seguir estão resumidas as transações envolvendo as empresas nas quais a Companhia detém participação direta e/ou indireta:

v. **Consolidação das outorgas e frequências de SMP da Claro NXT na Claro**  
No final de outubro de 2020, a Anatel concedeu anuência para consolidação das outorgas e frequências de SMP da Claro NXT na Claro, permitindo que a Claro passasse a deter participação acionária na Claro NXT. Tal consolidação foi implementada através de uma série de movimentos financeiros e societários concluídos em 05 de fevereiro de 2021, conforme descrito abaixo:

- Em 15 de janeiro de 2021, foi aprovado através da 29ª Alteração de Contrato Social ("ACS") da Claro NXT Participações Ltda. ("NXT Par"), um aumento de capital no valor de R\$2.109.000, com a emissão de 2.109.000 novas quotas, individualmente subscrito e integralizado pela Claro em moeda corrente nacional.
- Em 27 de janeiro de 2021, foi aprovado através da 89ª ACS da Claro NXT um aumento de capital no valor de R\$7.148.009, com a emissão de 7.148.009 novas quotas, individualmente subscrito e integralizado pela NXT Par com a capitalização de créditos.
- Em 28 de janeiro de 2021, foi aprovado através da 30ª ACS da NXT Par um aumento de capital no valor de R\$3.338.099, com a emissão de 3.338.099.918 novas quotas, o qual foi subscrito e integralizado pela Companhia, Claro e Telmex Solutions Telecomunicações S.A. ("TST") conforme disposto no quadro a seguir:

Sócia	Quotas Subscritas	Valor da Integralização	Forma da Integralização
Claro	2.108.779.983	R\$2.108.780	Conferência de 404.165.476 Ações Ordinárias e 79.065.785 Ações Preferenciais da Telmex do Brasil S.A. ("TDB")
Companhia	859.968.067	R\$859.968	Conferência de 1.920.804.430 Ações Ordinárias e 2.920.804.429 Ações Preferenciais da Embretel TVSAT Telecomunicações S.A. ("Tvsat")
TST	369.351.868	R\$369.351	2.079.446.141 Ações Ordinárias da Tvsat.
<b>Total</b>	<b>3.338.099.918</b>	<b>R\$3.338.099</b>	

Ainda em 28 de janeiro de 2021, foi aprovado através 90ª ACS da Claro NXT um aumento de capital no valor de R\$3.338.099, com a emissão de 3.338.099.918 novas quotas, individualmente subscrito e integralizado pela NXT Par com a totalidade das ações por esta detida na TDB e Tvsat.  
Em decorrência desta operação, a Claro NXT passou a ser controladora direta da Tvsat e da TDB com 99,99% de participação societária em cada, sendo que a participação da Claro NXT nesta última não ocasionou nenhum impacto na Companhia. A seguir, apresentamos um resumo do acervo líquido contábil da participação aportada:

	Tvsat - Ativos líquidos		Passivo
<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	70.273	Fornecedores	118.017
Contas a receber, líquidas	365.262	Obrigações fiscais, líquidas	18.138
Estoques	6.313	Obrigações sociais e trabalhistas	2.087
Tributos a recuperar, líquidos	20.030	Partes relacionadas	625.575
Partes relacionadas	1.442.657	Provisões	11.265
Despesas antecipadas	36.514	Passivo de arrendamento	742
Outros ativos	2.303	Receita diferida	364
	<b>1.943.352</b>		<b>776.370</b>
Não circulante		Não circulante	
Tributos a recuperar, líquidos	126	Partes relacionadas	78.896
Tributos diferidos, líquidos	84.238	Provisões	86.332
Depósitos e obrigações judiciais	22.503	Passivo de arrendamento	2.759
Despesas antecipadas e outros	34.452	Outras obrigações	16.971
Partes relacionadas	-		<b>184.958</b>
Imobilizado	987.983		
Intangível	3.017		
Direito de uso de arrendamento	3.496		
	<b>1.135.815</b>		
<b>Total do ativo</b>	<b>3.079.167</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>961.328</b>
<b>Ativos líquidos</b>			<b>2.117.839</b>

d) **Incorporação NXT Par pela Claro**  
Em 05 de fevereiro de 2021, foi aprovado através da 31ª ACS da NXT Par e de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Claro, a incorporação integral da NXT Par pela Claro nos termos do protocolo e justificativa de incorporação. A incorporação estava inserida em um projeto de redução de custos operacionais e administrativos, associada a uma otimização da estrutura societária. Como resultado dessa incorporação, não implicou em aumento de capital da Claro nem em alteração do número de ações representativas de seu capital social, tendo em vista que o valor do patrimônio líquido da NXT Par, conforme apurado no laudo de avaliação da operação, era negativo. Ainda, em consequência da incorporação, a NXT Par foi extinta de pleno direito e a Claro a sucedeu em todos os direitos e obrigações, passando a ser sua sucessora legal, para todos fins e efeitos. Como consequência, as empresas consolidadas pela NXT Par (Claro NXT, Tvsat, TdB, NXT LD, Sunbird Participações Ltda. e Sunbird Telecomunicações Ltda.) pela NXT Par, passaram a ser controladas direta e indiretamente pela Claro.

O patrimônio líquido da Claro NXT Par foi avaliado em 28 de janeiro de 2021 ("data-base" da incorporação), com base no valor contábil, conforme laudo de avaliação contábil para fins de incorporação emitido por empresa independente especializada, pelo montante negativo de R\$6.374.721. As variações das receitas, despesas e variações patrimoniais apuradas a partir da data-base até a data da eficácia da incorporação, ocorrida em 5 de fevereiro de 2021, foram absorvidas pela Claro conforme determinado pelo protocolo de justificativa.

O acervo líquido contábil da NXT Par avaliado está apresentado como segue:

	Balanco patrimonial em 05 de fevereiro 2021	
Ativo circulante		<b>13</b>
Tributos a recuperar		13
Ativo não circulante		<b>1.010.107</b>
Depósitos judiciais		3.190
Tributos diferidos		538
Investimentos		<b>1.006.379</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.010.120</b>
Passivo circulante		<b>560.265</b>
Partes relacionadas		553.777
Obrigações fiscais, líquidas		6.488
Passivo não circulante		<b>6.744.750</b>
Obrigações fiscais, líquidas		81.837
Partes relacionadas		6.658.706
Provisões		4.207
Patrimônio líquido		<b>(6.294.895)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.010.120</b>

e) Cisão parcial da Claro NXT e versão do acervo cindido para a Claro:  
Em 5 de fevereiro de 2021, foi aprovado através da 91ª ACS da Claro NXT e de AGE da Claro, a cisão parcial da Claro NXT e a versão da parcela cindida para a Claro, operação a qual ocasionou em:

- Redução de capital na Claro NXT no montante de R\$14.995, correspondente à totalidade da parcela cindida. Como consequência, houve o cancelamento de 14.995.203 quotas da Claro NXT, das quais 13.609.968 eram de propriedade da Claro e 1.385.235 de propriedade da MCCAIV International ("MCCAIV"). A eficácia desta operação ocorreu em 05 de fevereiro de 2021.

Verificação do acervo cindido para a Claro no montante de R\$13.610, proporcional à participação da Claro na Claro NXT em conexão com a redução do capital social da Claro NXT a qual não implicou em aumento do capital social nem alteração no número de ações de emissão da Claro.  
• Aumento de capital na Claro no montante de R\$1.385, com a emissão de 6.227 novas ações ordinárias, todas individualmente subscritas pela MCCAIV e integralizadas mediante a conferência da parcela do acervo cindido da Claro NXT de titularidade da MCCAIV.

	Claro NXT - Acervo líquido cindido		
<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	111.782	Fornecedores	252.487
Contas a receber	42.044	Partes relacionadas	124.273
Tributos a recuperar	3.144	Obrigações fiscais, líquidas	35.981
Despesas antecipadas	52.290	Receitas diferidas	2.322
Outros ativos	88	Provisões	34.094
	<b>209.348</b>	Pessoal, encargos e benefícios	26.651
		Outras obrigações	3.850
		Passivo de arrendamento	285.237
			<b>764.895</b>
Não circulante		Não circulante	
Tributos diferidos	233.314	Fornecedores	140.944
Tributos a recuperar	5.509	Partes relacionadas	149.876
Despesas antecipadas	92.942	Provisões	130.391
Imobilizado	459.691	Passivo atuarial	767
Intangível	1.131.077	Receitas diferidas	90.154
Direito de uso e arrendamento	891.337	Passivo de arrendamento	1.731.196
	<b>2.613.870</b>		<b>2.243.328</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>3.023.218</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>3.008.223</b>

Em decorrências dessas operações, a Companhia reconheceu perda contábil no montante de R\$5.628.642.

Tais atos concluíram a consolidação das outorgas, frequências e atividades de SMP da Claro NXT na Claro.

vi. **Transferência da outorga para explorar o Serviço de Acesso Condicionado - SeAC detida pela Claro para a Claro NXT**  
Em abril e junho de 2021, a Anatel aprovou, respectivamente, a operação societária referente à cisão parcial da Claro e a transferência da outorga para explorar o Serviço de Acesso Condicionado - SeAC detida pela Claro para a Claro NXT, no contexto da Claro transferir os respectivos patrimônios e administrações do Serviço de Acesso Condicionado - SeAC (TV por Assinatura) e parte do Serviço de Comunicação Multimídia - SCM (acesso à internet de Banda Larga) para a Claro NXT. Tal operação foi implementada através de uma série de movimentos financeiros e societários concluídos em 30 de junho de 2021, conforme descrito abaixo:

- Em 14 de junho de 2021, em AGE, foi aprovado aumento de capital na Claro NXT pela Claro no montante de R\$2.848.767, com a emissão de 41.207.119.117 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Claro e integralizadas da seguinte forma: (a) R\$1.641.211 em dinheiro; (b) R\$458.790 em direitos; e (c) R\$748.766 em ativos (direitos relacionados à propriedade dos *transponders* satelitais do Satélite D-2).
- Em 15 de junho de 2021, em AGE, foi aprovado aumento de capital na Claro NXT no montante de R\$748.766, com a emissão de 3.904.966.169 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Claro NXT e integralizadas com ativos (direitos relacionados à propriedade dos *transponders* satelitais do Satélite D-2).
- Em 24 de junho de 2021, em AGE, foi aprovado aumento de capital na Claro NXT pela Claro no montante de R\$178.226, com a emissão de 2.578.026.589 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Claro e integralizadas mediante a conferência à Claro NXT da totalidade das quotas detidas pela Claro na Reyç.
- Em 25 de junho de 2021, em AGE, foi aprovado aumento de capital social da Claro NXT no montante de R\$1.531.987, com a emissão de 22.160.030.293 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo todas as novas ações subscritas e integralizadas pela Americe! S.A. ("Americe!") mediante a conferência de títulos de crédito.
- Em 29 de junho de 2021, em AGE, foi aprovado aumento de capital



# CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A

## CNPJ 07.043.628/0001-13



→ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021** (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

\*\* Além do bloco nacional com vencimento em outubro de 2027 a Companhia possui 23 blocos regionais em 2,5 GHz (faixa P) onde 20 deles adquiridos no leilão da ANATEL (nº 2/2015) possuem vencimento em agosto de 2031. (Depois de uma disputa na Anatel a Companhia foi decretada vencedora de mais um lote E-8 do Edital com vencimento em junho de 2036).

\*\*\* Com a consolidação das outorgas e frequências da controladora Claro NXT pela Companhia, existem blocos em todo Brasil, com vencimento em junho 2026, exceto Municípios com o Código Nacional 34, 35 ou 37 (restrição não inclui Setor 3 do Plano Geral de Outorgas (PGO)) e municípios do Setor 22 e 25 do PGO, nos Estados do Mato Grosso do Sul e Goiás.

\*\*\*\* Com a consolidação das outorgas e frequências da controladora Claro NXT pela Companhia, existem blocos em toda a Região I do PGO com vencimento junho 2026 e São Paulo Capital com vencimento julho 2031. Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional estabeleceram a reversibilidade dos bens indispensáveis a prestação dos serviços, objeto das concessões. Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

Os demais serviços de telecomunicações prestados pelas controladas da Companhia, tais como o Serviço Móvel Pessoal (SMP) e o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) foram outorgados sob o regime privado, com base em autorizações expedidas pela ANATEL, e o regime jurídico aplicável não estabelece obrigações de reversibilidade de bens. Direitos de exploração de satélite Abaixo as autorizações vinculadas aos direitos de exploração de satélite:

Tipo	Número	Posição orbital	Data de emissão	Vencimento
Extensão (renovação)	PVSS/SPV 007/2006	63°W, 65°W, 68°W, 70°W, 84°W - Banda C	01/01/06	31/12/25
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2003	65°W - Banda Ku	25/02/03	06/03/33
Posição Orbital	PVSS/SPV 002/2003	70°W - Banda Ku	08/10/03	12/11/33
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2007	75°W - Banda C e Ku	27/02/07	30/04/29
Posição Orbital	PVSS/SPV 156/2012	70°W - Banda Ka e Ku (Planejado)	28/03/12	27/03/27
Posição Orbital	PVSS/SPV 076/2012	84°W - Banda Ka e Ku	06/02/12	05/02/27

**Análise sobre risco de continuidade operacional:** Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$13.883.074 no consolidado. Do total do capital circulante líquido, R\$2.852.874 refere-se a valores com partes relacionadas. Nosso acionista controlador América Móvil tem a capacidade financeira de, caso necessário, prover o suporte necessário para a continuidade das operações. Em contrapartida, a Companhia apresenta conforme demonstração do Fluxo de Caixa, caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no montante de R\$15,0 bilhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, a Companhia efetua acompanhamento tempestivo em seus fluxos de caixas dos quais suportam a geração de caixa para o período corrente e para os períodos seguintes. Dessa forma, a Companhia não identificou incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de a Companhia continuar operando.

**Pandemia da Covid-19 e seus impactos:** Neste período de 2022 ainda verificou-se casos de contaminação pela COVID-19. Em função disso, a Administração da Companhia manteve suas avaliações e decisões sobre as medidas necessárias à manutenção de adequado relacionamento com *stakeholders*, assim como à preservação da saúde, segurança e tranquilidade dos colaboradores e seus familiares. Avalia-se que, de uma forma geral, não houve impactos materiais nos negócios em decorrência da pandemia. De qualquer forma, a Administração segue monitorando a situação e adotando as ações necessárias para manter a saúde financeira, a liquidez e capacidade operacional dos negócios.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras**  
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), exceto pela apresentação das demonstrações do valor adicionado, a qual não é exigida pelo IASB.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), moeda funcional e de apresentação, e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios e suporte financeiro da Companhia e suas controladas. Também foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado quando classificado como disponível para venda.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para a redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e realização de imposto de renda diferido.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

A Administração da Companhia avalia e monitora o desempenho dos resultados para tomada de decisões com base em relatórios consolidados e todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, pelo que a Companhia e controladas operam em uma unidade de negócio de telecomunicações que abrange serviços locais, de longa distância nacional e internacional, comunicações de dados, serviços pós-pagos e serviços pré-pagos, tarifa de uso de meios, *roaming*, venda de aparelhos e acessórios, capacidade satelital para serviços de radiocomunicação, tais como (i) serviços de rede, (ii) serviços de telecomunicação ponto a ponto, e (iii) difusão de programação de rádio e televisão e outros serviços.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, revisados e interpretações e orientações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2023.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Algumas rubricas e quadros que compõem as notas explicativas do exercício comparativo foram reclassificadas para permitir a comparabilidade entre as informações com o período corrente, porém, devido à imaterialidade dos montantes, não estão sendo detalhadas.

**3. Políticas contábeis**  
**3.1. Bases de consolidação**  
Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados, quando aplicáveis, os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, resultados de equivalência patrimonial de controladas, provisão para cobertura de passivo a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulante e não circulante, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas apresentadas no exercício anterior.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, por participação direta e/ou indireta no capital social. No demonstrativo, abaixo, seguem as principais controladas:

	2022		2021	
	Indireta	Direta	Indireta	Direta
Claro	-	45,54%	-	45,54%
Amerigel	-	100,00%	-	100,00%
Claro Pay Holding (Nota 1 iii.)	-	100,00%	-	-
Claro Pay (Nota 1 iii.)	100,00%	-	-	100,00%
BrasilCenter	45,54%	-	45,54%	-
IMEC L.L.C (EUA)	45,54%	-	45,54%	-
Ideas Musicales S.A. (Argentina)	40,99%	-	40,99%	-
Ideas Musicales S.A. de C.V. (México)	45,54%	-	45,54%	-
Ideas Musicales de Colombia S.A.S.	45,54%	-	45,54%	-
Claro NXT	60,32%	0,38%	60,32%	0,38%
Tvsat	60,32%	-	60,32%	-
TdB	60,32%	-	60,32%	-
Reyc	60,32%	-	60,32%	-
Jovana (Nota 1 i.)	45,54%	-	-	-
Ustore (Nota 1 iv.)	45,54%	-	-	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir.

O controle é obtido quando a Companhia está exposta, e/ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a investida.

Especificamente, a Companhia controla a investida se, e somente se, possuir:

- Poder sobre a investida (isto é, os direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida).
- Exposição ou direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o seu rendimento.

Quando a Companhia com menos de uma maioria dos votos ou direitos similares de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes para avaliar se ele tem poder sobre uma investida, incluindo:

- O acordo contratual com os outros titulares a voto da investida.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Direitos de voto da Empresa e os direitos de voto potenciais.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

**3.2. Combinação de negócios e ágio**  
Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Em combinação de negócios realizada em estágios, o adquirente deve mensurar novamente sua participação anterior na adquirida pelo valor justo na data de aquisição e deve reconhecer no resultado do período o ganho ou a perda resultante, se houver, ou em outros resultados abrangentes, conforme apropriado. Em períodos contábeis anteriores, o adquirente pode ter reconhecido ajustes no valor contábil de sua participação anterior na adquirida, cuja contrapartida tenha sido contabilizada como outros resultados abrangentes (em ajustes de avaliação patrimonial), em seu patrimônio líquido. Nesse caso, o valor contabilizado pelo adquirente, em outros resultados abrangentes, deve ser reconhecido nas mesmas bases que seriam exigidas, caso o adquirente tivesse alienado sua participação anterior na adquirida (ou seja, deve ser reclassificado para a demonstração do resultado do período).

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma empresa é o custo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o IFRS 9/CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

**3.3. Novos pronunciamentos contábeis**  
Os pronunciamentos abaixo foram adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2022 e não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras:

Normas e Emendas a Normas	Alterações
IFRS 1 correlato ao CPC 43 (R1): Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relatório financeiro.	Melhorias anuais para as normas IFRS 2018-2020 (subsidiária como adotante pela primeira vez)
IFRS 3 correlato ao CPC 15 (R1): Combinações de negócios.	Referência à estrutura conceitual (emendas à IFRS 3)
IFRS 9 correlato ao CPC 48: Instrumentos Financeiros	Alterado por taxas no teste de '10%' para desreconhecimento de passivos financeiros
IAS 16 correlato ao CPC 27: Ativo Imobilizado.	Imobilizado - Produto antes do uso pretendido (emendas à IAS 16)
IAS 37 correlato ao CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Contratos onerosos - custo de cumprimento de um contrato (emendas à IAS 37)

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações nas IFRS tinham sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

Normas e Emendas a Normas	Alterações	Vigências
IFRS 10 correlato ao CPC 36 (R3) e IAS 28 correlato ao CPC 18 (R2): Aplicando a Exceção na Consolidação.	Data efetiva das emendas a IFRS 10 e IAS 28	A definir
IFRS 17 correlato ao CPC 50: Contratos de Seguros.	Abordar preocupações e desafios da implementação do IFRS 17	1º de janeiro de 2023
IAS 1 correlato ao CPC 26 (R1): Apresentação das demonstrações financeiras.	Classificação do passivo como circulante ou não circulante (emendas à IAS 1)	1º de janeiro de 2024
IAS 1 correlato ao CPC 26 (R1): Apresentação das demonstrações financeiras.	Alterações relativas à divulgação das políticas contabilísticas (julgamentos da materialidade)	1º de janeiro de 2023 ou após
IAS 8 correlato ao CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
IAS 12 correlato ao CPC 32: Tributos sobre o lucro.	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações à IAS 12)	1º de janeiro de 2023

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Com base em análises preliminares, a Companhia estima que a implementação destas normas, alterações e interpretações vigentes em 1º de janeiro de 2023 não terão impacto relevante nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial.

**3.4. Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a uma insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrados no resultado do exercício, conforme Notas 4 e 22.

**3.5. Instrumentos financeiros**  
**a) Ativos financeiros**  
**Reconhecimento inicial e mensuração**  
No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e; (iii) a valor justo por meio de resultado.

A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios no qual é gerenciado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas e depósitos judiciais.

**Mensuração subsequente**  
A mensuração dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

*Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*  
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente a valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para

negociação assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.  
*Ativos financeiros ao custo amortizado*  
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

*Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes*  
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

**Desreconhecimento**  
Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- Ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (ii) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (iii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

**b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros**  
A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução do valor recuperável.

Os novos requisitos de redução de valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, se na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas por esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses e para os quais houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessário uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

**c) Passivos financeiros**  
**Reconhecimento inicial e mensuração**  
No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) a outros passivos financeiros.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, depósitos, passivos com partes relacionadas e passivo de arrendamento.

**Mensuração subsequente**  
A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

*Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado*  
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, que são assim classificados quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 48. Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado  
*Passivos financeiros a custo amortizado*  
Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetiva.

**Desreconhecimento**  
Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração dos resultados.

**d) Compensação de instrumentos financeiros**  
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**3.6. Contas a receber, líquidas**  
As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratuadas menos as perdas de crédito esperadas. As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até as datas dos balanços e as contas a receber decorrentes da venda de aparelhos celulares, *simcards*, serviços de satélites e acessórios.

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada. A movimentação das perdas de crédito esperadas está demonstrada na Nota 5.

**3.7. Transações denominadas em moeda estrangeira**  
Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos, vide Nota 22. Os ganhos e perdas na conversão de investimentos no exterior são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

**3.8. Estoques**  
Representados substancialmente por aparelhos *handsets*, celulares, *simcards*, cartões pré-pagos e acessórios para venda, registrados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, conforme Nota 6.

**3.9. Investimentos**  
Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às investidas. Os investimentos da Companhia em suas coligadas foram contabilizados inicialmente ao custo e são atualizados com base no método da equivalência patrimonial.

Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição.

O ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) relativo a uma coligada está incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado e nem testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

O ágio apurado pela diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida foram atribuídos de acordo com o valor líquido de realização de cada item pelos quais foram gerados.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia e as práticas contábeis adotadas pelas controladas e coligadas, são consistentes (ajustadas quando aplicável) com aquelas adotadas pela Companhia.

Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

**3.10. Imobilizado**  
O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso dos equipamentos. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência, conforme Nota 10.

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referencial custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de produção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfatórios. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfatórios. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 12 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

**3.11. Arrendamento mercantil**  
A Companhia e suas controladas avaliam na data do início dos contratos, se esses contratos são ou contêm arrendamentos, se eles transmitem o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.

No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassam 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia possui arrendamento de determinados equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor.

*Ativos de direito de uso*  
Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, e ajustadas por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a arrendatária espera exercer uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.



# CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A

## CNPJ 07.043.628/0001-13



→ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

• **Taxa de desconto**  
Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. A taxa de desconto dos fluxos de caixa futuro utilizada em 2022 é de 8,72% a.a. (8,5% a.a. em 2021).

• **Fluxos de caixa futuros**  
A projeção de fluxos de caixa discricionários para 5 anos com perpetuidade após os 5 anos utilizando a taxa em 2022 de 3,25% a.a. (3,25% a.a. em 2021). A taxa média de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados em 2022 foi de 3,57% a.a. (3,86% a.a. em 2021).

**3.14. Tributação**  
A seguir, relacionamos as legendas relativas aos impostos, taxas e contribuições descritas nestas demonstrações financeiras:

- CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Tributo Federal.
- COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Tributo Federal.
- CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Tributo Federal.
- FUNTTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações.
- FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.
- FUNDOSOCIAL - Fundo de Investimento Social.
- ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Tributo Estadual.
- IOF - Imposto sobre Operações Financeiras - Tributo Federal.
- IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Tributo Federal.
- IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte - Tributo Federal.
- ISS - Imposto sobre Serviço Prestado - Tributo Municipal.
- PIS - Programa de Integração Social - Tributo Federal.
- PPNUM - Preço público relativo a administração dos recursos de numeração.
- TFF - Taxa de Fiscalização e Funcionamento.
- TFI - Taxa de Fiscalização e Instalação.

**Tributos correntes**  
Ativos e passivos tributários do exercício corrente e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

**Tributos diferidos**  
O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamentos estratégicos, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

**Tributos sobre vendas e serviços**  
As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS, ISS, às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de telecomunicações, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente. Para as demais receitas auferidas pela Companhia na modalidade não cumulativa, às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e COFINS, respectivamente.

Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de serviços e vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

**3.15. Participação em empresas**  
As controladas constituíram provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas de performance estabelecidas de acordo com o planejamento anual.

**3.16. Receitas diferidas**  
Representadas, principalmente pela receita referente aos créditos de recarga de celulares pré-pagos e os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

Representadas também, pela venda de capacidade de transmissão e de direito de passagem de cabos de fibra óptica e outros meios para empresas de telecomunicações brasileiras e internacionais com atuação no MERCOSUL, sendo apropriadas ao resultado do exercício de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

**3.17. Outros ativos e passivos**  
Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu valor de custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**3.18. Ajuste ao valor presente de ativos e passivos**  
Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

**3.19. Reconhecimento de receita**  
As controladas oferecem pacotes comerciais que combinam equipamentos e serviços de telefonia fixa e móvel, dados e TV por assinatura, sendo o reconhecimento das receitas de serviços e venda de aparelhos distribuídas entre seus elementos. As controladas reconhecem as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Os pacotes de serviços incluem a venda de aparelhos celulares com desconto, a controlada Claro realiza a alocação do desconto e reconhece as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes. Uma parte adicional da receita é alocada nas receitas reconhecidas pela venda de celulares no início do contrato, representando um aumento na receita de venda de equipamentos. A diferença entre o valor da receita e o valor da receita de venda de equipamentos no momento inicial é reconhecida como um ativo contratual, alocado à receita de serviços pelo período do contrato.

As controladas prestam serviços de instalação, operação, provimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura, serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura, exploração de capacidade satelital e outros serviços em nível nacional e internacional, onde as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados conforme vigência de contrato.

As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados, incluindo faturados e não faturados. As receitas de serviço compõem-se principalmente de assinaturas, utilização dos serviços e utilização da rede. Os faturamentos são processados mensalmente, de acordo com os ciclos de cobrança acordados com os clientes ao longo do mês. As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos, são diferidas e reconhecidas no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados. Os créditos ainda não utilizados referentes aos cartões já vendidos são registrados como receita diferida pré-pago.

As receitas de venda de mercadorias (aparelhos celulares, *simcards* e acessórios) são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável; os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa de sua realização.

**3.20. Subvenção e assistência governamentais**  
As controladas Claro, Claro NXT e Tvsat possuem benefícios fiscais advindos de subvenções e assistências administrativas que reduzem as bases do IRPJ e da CSLL.

A parcela do lucro líquido decorrente destes incentivos fiscais, em conformidade ao artigo 195-A da Lei 6.404/76, são destinadas para a reserva de incentivos fiscais que por consequência são excluídas do cálculo de dividendos obrigatórios, e utilizadas apenas para aumento de capital ou na absorção de prejuízos.

**3.21. Resultado financeiro**  
Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com PIS e COFINS (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio ativos, quando aplicável).

**3.22. Participações de não controladores**  
Refere-se, principalmente, a participações de não controladores na controlada Claro.

**3.23. Resultado por ação**  
A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

**3.24. Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado**  
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

**3.25. Mensuração do valor justo**  
A Companhia e suas controladas mensuram os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço.

O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá.

- No principal mercado para o ativo ou passivo.
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.

O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia e por suas controladas.

O valor justo de um ativo ou um passivo é medido usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em conta a capacidade de um participante do mercado para gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que iria usar o ativo em seu maior e melhor uso.

A Companhia e suas controladas usam técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são classificados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável.

Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

**3.26. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significantes**  
**Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

**Estimativas e premissas**  
As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

**Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**  
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas estão detalhadas na Nota 3.13.

**Impostos**  
Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao época e valor de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

**Provisões para contingências**  
A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias, trabalhistas e regulatórias avaliadas como perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos

assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A Companhia e suas controladas registram provisões para contingências no passivo circulante e não circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 15.

**Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego**  
O custo de benefício definido e o valor presente da obrigação de planos de aposentadoria com benefício definido, com contribuição variável e de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e crescimento de custos médicos. A obrigação de cada um dos planos é sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de títulos públicos representados por papéis Notas do Tesouro Nacional Série B ("NTN-B") com vencimento correspondente à duração da obrigação atuarial do benefício definido de cada plano. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade usualmente adotadas no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria se baseiam na política de recursos humanos da organização considerando o perfil dos participantes envolvidos e nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Crescimento dos custos médicos corresponde a uma curva decrescente que parte da expectativa de curto prazo de aumento dessas despesas com redução gradual até a expectativa de longo prazo. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 17.

**Provisão para perdas de crédito esperadas**  
A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

**Provisão para desmantelamento de ativos**  
A provisão para obrigações decorrentes da desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros, registrada em contrapartida ao ativo imobilizado, são registradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados.

O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes dos impostos que reflete riscos específicos inerentes à obrigação por desativação dos ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido.

Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros são capitalizados e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos.

Os custos futuros estimados de desativação são revisados anualmente. Mudanças nos custos futuros ou nas taxas de desconto aplicadas são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

**Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão**  
As controladas da Companhia não são capazes de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a controlada Claro teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxa observável disponível ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento.

As controladas da Companhia determinam os prazos dos arrendamentos como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

As controladas da Companhia possuem vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. As controladas da Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benéfitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos (1)	455	8.533	864.065	554.935
Equivalentes de caixa	90	60	875.604	1.183.975
	545	8.693	1.739.669	1.738.910

(1) Inclui valores de aplicação financeira com partes relacionadas no montante de R\$24 para a controladora e R\$28.177 para o consolidado, com taxa média de remuneração 12,85% a.a. (R\$30.356 em 31 de dezembro de 2021 para o consolidado, com taxa média de remuneração de 8,34%).

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações financeiras referem-se principalmente, a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata e referenciados a Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") com taxa média de 13,51% a.a. (9,39% em 31 de dezembro de 2021).

**5. Contas a receber, líquidos**

	Consolidado	
	2022	2021
Venda de aparelhos celulares e acessórios	1.225.187	888.744
Serviços de voz, dados e outros	6.712.552	6.754.424
Administradoras estrangeiras	21.761	24.012
	7.959.500	7.667.180
	(1.532.594)	(1.549.570)
	6.426.906	6.117.610

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes, por idade de vencimento:

	Consolidado	
	2022	2021
A vencer	4.876.591	3.928.990
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	1.227.716	1.403.975
De 31 a 60 dias	286.888	504.796
De 61 a 90 dias	182.552	313.415
Mais de 90 dias	1.385.753	1.516.004
	7.959.500	7.667.180

A movimentação do saldo de provisão para perdas de crédito esperadas é como se segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	1.549.570	1.607.622
Aquisição de empresas (Nota 1 i.)	18.136	-
Operações societárias (Nota 1 v.)	-	109.074
Provisão constituída, líquida de reversão	921.896	590.747
Baixa de provisão (1)	(957.007)	(757.873)
Saldo final	1.532.594	1.549.570

(1) Decorrente de baixa de faturas, com reconhecimento da perda após período de intensas ações de cobrança.

**6. Estoques**

	Consolidado	
	2022	2021
Estoques de aparelhos para revenda	324.661	278.167
Materiais para manutenção de rede e assistência técnica	173.416	121.208
Estoques de <i>simcards</i> e acessórios para revenda	45.871	51.981
Outros	19.799	15.828
	563.747	467.184
	(65.741)	(57.505)
	498.006	409.679

Provisão para perdas em estoques

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	57.505	48.619
Provisão constituída	37.133	10.951
Baixas	(28.897)	(2.265)
Saldo final	65.741	57.505

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	57.505	48.619
Provisão constituída	37.133	10.951
Baixas	(28.897)	(2.265)
Saldo final	65.741	57.505

A provisão para perda em estoques é constituída com base nos itens em estoque com baixa movimentação, considerados de difícil realização.

**7. Tributos a recuperar e diferidos, líquidos**  
**7.1 Tributos a recuperar, líquidos**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ICMS a recuperar (1)	-	-	1.714.225	1.520.170
Imposto de renda retido na fonte (2)	-	-	1.055.825	858.621
Imposto de renda e contribuição social a recuperar PIS/COFINS (3)	34.490	38.293	265.556	251.305
CSLL	-	-	413.239	828.666
CPMF pago indevido (4)	28.415	30.065	28.415	30.065
Outros	-	-	72.817	95.888
	62.905	68.358	3.550.177	3.584.445





# CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A

## CNPJ 07.043.628/0001-13



→ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

### 12. Fornecedores e outras contas a pagar

#### 12.1 Fornecedores

Fornecedores de imobilizado, intangível e de materiais e serviços  
Fornecedores diversos  
Interconexão e roaming  
Cobilling

#### 12.2 Outras contas a pagar

Fornecedores - cessão de direito (1)

#### Total fornecedores e outras contas a pagar

	Consolidado	
	2022	2021
Circulante	11.476.617	14.182.817
Não Circulante	10.174.515	12.614.788
	1.302.102	1.568.029

(1) Para alguns investimentos, de mais longo prazo, a controlada Claro negociou com determinados fornecedores prazos mais extensos de pagamento. Nestes casos, a controlada Claro anuiu a cessão de créditos por parte de alguns dos principais fornecedores, permitindo a antecipação da contas a receber destes fornecedores. Considerando que a cessão de créditos a instituições financeiras é uma opção e deliberação exclusiva dos fornecedores e a controlada Claro não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira dos descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há despesa ou receita financeira para a controlada Claro.

#### 13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Consolidado					
	2022		2021			
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Debêntures (a)	2.878.154	5.750.000	8.628.154	3.602.337	-	3.602.337
Notas promissórias (b)	819.049	-	819.049	2.255.125	-	2.255.125
Empréstimos CCB (c)	1.688.153	-	1.688.153	-	-	-
Total da dívida	5.385.356	5.750.000	11.135.356	5.857.462	-	5.857.462

Segue abaixo as movimentações de empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Consolidado					
	2022		2021			
	Saldo em 31/12/2020	Captações	Juros pagos	Provisão de juros	Saldo em 31/12/2021	
Debêntures (a)	6.164.978	-	(2.615.000)	(157.079)	209.438	3.602.337
Notas promissórias (b)	2.528.777	-	(360.000)	(29.012)	115.360	2.255.125
	8.693.755	-	(2.975.000)	(186.091)	324.798	5.857.462
	Saldo em 31/12/2021	Captação	Juros pagos	Provisão de juros	Saldo em 31/12/2022	
Debêntures (a)	3.602.337	5.750.000	(1.000.000)	(669.916)	945.733	8.628.154
Notas promissórias (b)	2.255.125	800.000	(2.000.000)	(310.979)	74.903	819.049
Empréstimos (c)	-	1.640.800	-	(111.099)	158.452	1.688.153
	5.857.462	8.190.800	(3.000.000)	(1.091.994)	1.179.088	11.135.356

a) Debêntures  
Em 02 de setembro de 2019, a controlada Claro realizou a 9ª emissão de 100.000 debêntures quirográficas (nona emissão), não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$1.000.000 de principal, remuneradas a 106,5% do CDI, juros a serem pagos semestralmente a partir de março de 2020, e prazo de 3 anos, com vencimento final em 02 de setembro de 2022. As debêntures emitidas não têm garantia. No vencimento, em 02 de março de 2021, a controlada Claro liquidou 110.000 debêntures relativas à 6ª emissão da Companhia, no valor de R\$1.100.000 de principal e R\$5.544 de juros, remuneradas a 104% do CDI, emitidas em 28 de março de 2018.

No vencimento, 27 de julho de 2021, a Companhia liquidou 151.500 debêntures relativas a 1ª emissão da Companhia, ocorrida em 27 de julho de 2018 no valor de R\$1.515.000 de principal e R\$22.802 de juros, remuneradas a 104,25% do CDI.

Em janeiro de 2022, a controlada Claro prorrogou de 2 para 3 anos, o vencimento da 10ª emissão de debêntures quirográficas (décima emissão), no valor total de R\$2.500.000, de 30 de janeiro de 2022, para 30 de janeiro de 2023. A remuneração foi ajustada para CDI + 1,35%, permanecendo inalteradas as demais condições. Os juros semestrais, no valor de R\$99.337 foram pagos em 30 de janeiro de 2022. As debêntures emitidas não têm garantia.

Em 28 de março de 2022, a controlada Claro realizou a 11ª (décima primeira) emissão de debêntures quirográficas, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando R\$4.250.000, de principal, remuneradas a CDI + 1,40% a.a., juros a serem pagos semestralmente a partir de 28 de setembro de 2022, e prazo de 2 anos, com vencimento final em 28 de março de 2024. As debêntures emitidas não têm garantia.

Em 01 de setembro de 2022, a controlada Claro realizou a 12ª (décima segunda) emissão de debêntures quirográficas, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando R\$1.500.000, de principal, remuneradas a CDI + 1,37% a.a., juros a serem pagos semestralmente a partir de 28 de fevereiro de 2023, e prazo de 3 anos, com vencimento final em 28 de agosto de 2025. As debêntures emitidas não têm garantia.

No vencimento, em 02 de setembro de 2022, a controlada Claro liquidou 100.000 debêntures relativas a 9ª emissão da controlada Claro, emitidas em 02 de setembro de 2019, no valor de R\$1.000.000 de principal e R\$66.393 de juros, remuneradas a 106,5% do CDI.

#### b) Notas promissórias

No vencimento, 22 de novembro de 2021, a controlada Claro liquidou 360 notas promissórias (quarta emissão), totalizando R\$360.000 de principal e R\$29.012 de juros, remuneradas a CDI + 0,60%, emitidas em 27 de novembro de 2019.

No vencimento, 29 de março de 2022, a controlada Claro liquidou 400 notas promissórias (quinta emissão), totalizando R\$2.000.000 de principal e R\$310.979 de juros, remuneradas a 106,00% do CDI, emitidas em 29 de março de 2019.

Em 27 de outubro de 2022, a controlada Claro realizou a emissão de 160 Notas Promissórias, 7ª emissão, série única, de valor nominal unitário de R\$5.000 (cinco milhões de reais), totalizando R\$800.000 (oitocentos milhões de reais), remuneradas a CDI + 1% a.a., juros a serem pagos no final junto com o principal e com vencimento final em 27 de outubro de 2023. As Notas Promissórias emitidas não têm garantia.

#### c) Empréstimos

Em 13 de abril de 2022, a controlada Claro realizou a captação de um empréstimo com o BNP Paribas S.A., Paris, no valor de R\$1.640.800, pelo prazo de 1 ano e custo fixo de 13,32% a.a., com a garantia da América Móvil. Os recursos obtidos serão integralmente utilizados para propósitos corporativos gerais da controlada Claro.

#### d) Compromissos financeiros a não financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas estão em cumprimento com as cláusulas de compromissos não financeiros apresentadas em seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Não há compromissos financeiros, além do pagamento de juros devidos nos respectivos vencimentos conforme estipulados nos contratos firmados.

#### 14. Obrigações fiscais, líquidas

	Consolidado	
	2022	2021
Obrigações fiscais, líquidas	2.159.115	1.247.135
FUST/FUNTEL/FISTEL (1)	4.965	81.775
ICMS	80.343	9.801
PIS/COFINS	3.502	4.927
IRRF	306.223	304.334
IRPJ e CSLL	37.640	28.025
ISS	11.439	23.042
CIDE	1.508	1.974
Refis	21.127	18.891
Outros	2.625.862	1.719.904
Total	2.479.889	1.569.534
Circulante	145.973	150.370
Não circulante	585.827	446.630
	9.495.660	9.055.183

(1) A controlada Claro passou a ter a exigibilidade do pagamento da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) suspensa por liminares em 18 de março de 2022 e 10 de março de 2021 em 31 de dezembro de 2021 havia o montante de R\$1.039.185. Em 31 de dezembro de 2022 havia o montante de R\$1.953.055 (R\$1.723.400 de principal e R\$229.655 de atualização da Selic).

#### 15. Provisões

	Consolidado	
	2022	2021
Natureza		
Contingências		
Tributárias	5.142.909	4.857.193
Regulatórias, cíveis e ambientais	3.008.764	2.602.990
Trabalhistas e previdenciárias	972.593	1.003.713
	9.124.266	8.463.896
Provisão para desmantelamento de ativos	454.212	683.861
Participação de empregados no resultado	503.009	354.056
Total de provisões	10.081.487	9.501.813
Circulante	585.827	446.630
Não circulante	9.495.660	9.055.183

A movimentação dos saldos de contingências prováveis no consolidado está demonstrada a seguir:

	Consolidado					
	Tributárias		Regulatórias, cíveis e ambientais		Trabalhistas e previdenciárias	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.590.536	1.871.713	890.787	7.353.036		
Operações societárias (Nota 1.v)	117.754	151.861	125.857	395.472		
Adições (reversões), líquidas	57.889	147.960	409.296	615.145		
Baixas por pagamentos	(18.165)	(276.449)	(419.837)	(714.451)		
Atualização monetária	109.179	707.905	(2.390)	814.694		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.857.193	2.602.990	1.003.713	8.463.896		
Adições (reversões), líquidas	30.156	274.745	414.434	719.335		
Baixas por pagamentos	(41.357)	(219.255)	(465.381)	(725.993)		
Atualização monetária	296.917	350.284	19.827	667.028		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.142.909	3.008.764	972.593	9.124.266		

#### Depósitos e bloqueios judiciais:

	Consolidado	
	2022	2021
Depósitos judiciais	4.348.480	3.918.310
Bloqueios judiciais	28.748	29.952
Total	4.377.228	3.948.262

#### 15.1.1 Contingências tributárias

Incluem diversas demandas tributárias, tendo sido contabilizada provisão, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos. Abaixo também divulgamos as contingências possíveis.

##### a) ICMS

As controladas Claro e Americal possuem contingências fiscais de ICMS em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$9.573.491 (R\$12.475.659 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$944.747 foram provisionados (R\$94.066 em 31 de dezembro de 2021). Dentre as contingências de ICMS, destacamos: A controlada Claro possui autuações fiscais para exigência de ICMS sobre a cessão de capacidade satelital. Em 31 de dezembro de 2022, essas causas montam a R\$3.994.101 (R\$3.625.307 em 31 de dezembro de 2021). Em virtude de decisão favorável de mérito pelo Superior Tribunal de Justiça, a expectativa de perda foi reclassificada para remota pela Administração e seus consultores jurídicos.

As controladas Claro e Claro NXT possuem contingências fiscais referentes a exigência de ICMS, sobre locação de equipamentos, no valor de R\$777.801 em 31 de dezembro de 2022 (R\$544.997 em dezembro de 2021), do qual foi provisionado o valor de R\$346.460, relativo ao auto de infração lavrado pelo estado do Rio de Janeiro (R\$323.523 em 31 de dezembro de 2021).

As controladas Claro, Claro NXT e Americal possuem ainda autuações fiscais decorrentes de crédito indevido de ICMS incidente sobre a energia elétrica utilizada como insumo em seus estabelecimentos operacionais, no valor de R\$168.374 em 31 de dezembro de 2022 (R\$253.577 em 31 de dezembro de 2021), do qual R\$16.671 foi provisionado (R\$14.835 em 31 de dezembro de 2021).

As controladas Claro e Americal possuem também autuações fiscais de ICMS, em razão da declaração de inconstitucionalidade de determinados benefícios concedidos pelos Estados em desacordo com a Lei Complementar nº 24/75. O valor dessas contingências é de R\$519.397 em 31 de dezembro de 2022 (R\$504.808 em 31 de dezembro de 2021) e a probabilidade de perda dessas causas é classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos.

##### b) IRPJ/CSLL

As controladas Claro e Americal possuem contingências fiscais de IRPJ e CSLL, em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$3.920.680 (R\$4.977.908 em 31 de dezembro de 2021), do qual R\$1.093.047 foi provisionado (R\$875.338 em 31 de dezembro de 2021). Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos:

I. Contingência da controlada Claro oriunda da incorporada Embratel, relativa ao IRPJ e CSLL sobre as receitas decorrentes do tráfego entrante, no valor de R\$304.938 (R\$295.689 em 31 de dezembro de 2021), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores jurídicos como provável, tendo sido constituída provisão pelo valor integral.

II. Contingências da controlada Claro referentes a exigência de IRPJ e CSLL resultantes da amortização supostamente indevida do ágio pago em aquisições de investimentos, no montante de R\$2.870.462 em 31 de dezembro de 2022 (R\$2.575.830 em 31 de dezembro de 2021). No decorrer do processo administrativo, parte significativa das exigências foi julgada improcedente. Guarda-se a formalização do Acórdão da Câmara Superior de Recursos Fiscais (última instância administrativa) para confirmar a redução, ora estimada em cerca de 85% de seu montante total. Após decisão em 1ª instância administrativa, a controlada Claro constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante de R\$125.299 em 31 de dezembro de 2022 (R\$118.135 em 31 de dezembro de 2021).

##### c) IRRF/CIDE

As controladas Claro, Claro NXT e Americal possuem autuações fiscais de IRRF e CIDE no valor de R\$1.204.510 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.123.412 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes, dentre outros, do suposto recolhimento a menor destes tributos sobre remessas efetuadas a operadoras estrangeiras a título de remuneração pelo completamento de chamadas internacionais no exterior (tráfego sainte). Deste montante, foi provisionado R\$34.269 em 31 de dezembro de 2022 (R\$32.766 em 31 de dezembro de 2021).

##### d) Contribuições previdenciárias

As controladas Claro, Claro NXT e Americal possuem contingências referentes a exigência de contribuições previdenciárias no valor atualizado de R\$248.745 em 31 de dezembro de 2022 (R\$231.053 em 31 de dezembro de 2021), do qual R\$20.612 foi provisionado (R\$20.249 em 31 de dezembro de 2021).

##### e) PIS/COFINS

As controladas Claro, Claro NXT e Americal possuem autuações de PIS e COFINS em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$5.017.062 (R\$4.404.355 em 31 de dezembro de 2021), do qual R\$1.497.679 foi provisionado (R\$1.387.228 em 31 de dezembro de 2021). Dentre as contingências de PIS e COFINS, destacamos:

A controlada Claro possui contingências de PIS e COFINS relacionadas à exclusão de receitas de interconexão da base de cálculo do PIS e da COFINS, no valor de R\$1.292.114 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.185.916 em 31 de dezembro de 2021), tendo sido constituída provisão no valor integral da contingência.

As controladas Claro e Americal possuem ainda contingências fiscais relacionadas a glosas de créditos de PIS e COFINS apurados no regime não cumulativo, no valor de R\$1.954.784 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.757.814 em 31 de dezembro de 2021). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda dessa causa.

##### f) FUST/FUNTEL

As controladas Claro, Claro NXT e Americal possuem autuações da ANATEL relativas à exigência de FUST no valor de R\$3.559.147 atualizados em 31 de dezembro de 2022 (R\$3.167.923 em 31 de dezembro de 2021), principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUST, do qual foi provisionado o montante de R\$394.774 atualizados em 31 de dezembro de 2022 (R\$378.579 em 31 de dezembro de 2021).

As controladas Claro, Claro NXT e Americal, possuem ainda autuações fiscais do Ministério das Comunicações exigindo o recolhimento do FUNTEL no valor de R\$1.529.076 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.295.439 em 31 de dezembro de 2021), principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUNTEL, do qual foi provisionado o montante de R\$116 atualizados em 31 de dezembro de 2022 (R\$105 em 31 de dezembro de 2021).

##### g) Glosas de compensação de créditos de IRPJ/ISS e CSLL

As controladas Claro, Nextel e Americal possuem contingências decorrentes de glosas de compensações de débitos de diversos tributos federais com créditos de IRPJ, CSLL e ILL, decorrentes de decisão judicial transitada em julgado ou de saldo-base negativo (a), no valor de R\$2.111.682 em 31 de dezembro de 2022, dos quais R\$22.565 foram provisionados (R\$213.644 em 31 de dezembro de 2021).

##### h) ISS

As controladas Claro e Claro NXT possuem contingências de ISS, substancialmente decorrentes do não recolhimento do ISS sobre diversos serviços de telecomunicações, inclusive serviços de TV por assinatura, considerados pela fiscalização como tributáveis pelo ISS, no valor de R\$563.574 (R\$501.010 em 31 de dezembro de 2021), do qual foi provisionado o montante de R\$12.343 em 31 de dezembro de 2022 (R\$13.275 em 31 de dezembro de 2021) foi provisionado.

##### i) Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública - FBC

As controladas Claro, Claro NXT e Americal possuem contingência relacionada à exigência da contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública no valor de R\$1.230.359 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.142.472 em 31 de dezembro de 2021), do qual foi provisionado o valor de R\$1.094.825 (R\$1.020.077 em 31 de dezembro de 2021).

##### j) Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI"), Taxa de Fiscalização de Funcionamento ("TFF") e Taxa de Fiscalização de Estabelecimento ("TFE")

As controladas Claro, Claro NXT e Americal possuem contingências referentes ao não recolhimento de TFI, TFF e TFE supostamente devidas no valor de R\$5.902.393 em 31 de dezembro de 2022 (R\$4.912.087 em 31 de dezembro de 2021). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda.

##### k) Outras contingências tributárias

As controladas Claro, Claro NXT e Americal possuem outras contingências fiscais no valor de R\$316.642 no consolidado em 31 de dezembro de 2022 (R\$293.799 em 31 de dezembro de 2021). Foi constituída provisão no valor de R\$297.930 no consolidado em 31 de dezembro de 2022 (R\$218.866 em 31 de dezembro de 2021).

##### 15.1.2 Contingências regulatórias, cíveis, ambientais e trabalhistas

Incluem diversas demandas cíveis, ambientais e trabalhistas, tendo sido contabilizada provisão, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos. Abaixo também divulgamos as contingências possíveis.

Em relação às demandas regulatórias, no consolidado, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$4.322.506, sendo R\$1.892.790 considerado como perda provável e R\$2.429.716 como possível (R\$1.598.143 considerado como perda provável e R\$2.417.239 como possível em 31 de dezembro de 2021).

Para as demandas cíveis, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$4.477.463, sendo R\$1.021.691 considerado como perda provável e R\$3.455.772 (R\$889.310 considerado como provável e R\$3.126.283 como possível, em 31 de dezembro de 2021).

Para as demandas de consumidor, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$663.943, sendo R\$82.820 considerado como perda provável e R\$581.143 como possível (R\$92.574 considerado como perda provável e R\$534.120 como possível, em 31 de dezembro de 2021).

Para as demandas ambientais, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$229.668, sendo R\$11.464 considerado como perda provável e R\$218.203 como possível (R\$22.964 considerado como perda provável e R\$422.008 como possível, em 31 de dezembro de 2021).

Para as demandas trabalhistas, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$1.908.128, sendo R\$972.593 considerado como provável e R\$935.535 como possível (R\$1.003.713 considerado como perda provável e R\$1.344.820 como possível, em 31 de dezembro de 2021).

Em agosto de 2015, decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) afastou o uso da Taxa Referencial Diária (TRD) e determinou a adoção do Índice de Preços ao Consumidor



# CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A

## CNPJ 07.043.628/0001-13



→ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

(d) As informações a seguir, referem-se à mútuo passivo. As principais informações destes instrumentos contratuais são:

Empresa	Ref.	Parte relacionada	Taxas efetivas a.a.	Vencimento (1)	Consolidado					Operações societárias (Nota 1 iv/v)	Variação cambial	31/12/2021
					31/12/2020	Captação	Pagamentos (2)	Juros pagos (2)	Provisão de juros			
Claro	d.1)	América Móvil Perú	11,50%	15/03/2027	890.001	-	-	(100.404)	75.097	(864.694)	-	-
Claro	d.1)	Amov Finance	11,50%	15/03/2027	-	17.549.177	(5.783.368)	(919.768)	1.207.341	864.694	(4.686.039)	8.232.037
Claro	d.1)	América Móvil S.A.B.	11,50%	15/03/2027	17.609.273	-	(17.598.031)	(67.459)	56.217	-	-	-
Claro	d.2)	Amov Finance	2,54%	15/01/2026	-	2.109.000	-	(17.831)	25.370	-	(2.007.515)	(109.024)
Claro	d.2)	Amov Finance	2,54%	27/01/2026	-	135.038	-	(1.119)	1.470	-	(125.364)	(10.025)
Claro	d.2)	Amov Finance	2,54%	28/01/2026	-	135.550	-	(1.109)	1.460	-	(125.355)	(10.546)
Claro	d.2)	Amov Finance	2,82%	26/02/2026	-	277.775	-	(2.325)	2.615	-	(250.208)	(27.857)
Claro	d.2)	Amov Finance	3,14%	06/03/2026	-	568.010	-	-	5.330	-	(505.237)	(68.103)
Claro	d.2)	Amov Finance	3,14%	10/03/2026	-	579.600	-	-	5.231	-	(505.150)	(79.681)
Claro	d.2)	Amov Finance	2,54%	22/01/2026	-	272.960	(104)	(4.518)	6.555	-	6.009	280.902
Claro	d.2)	Amov Finance	2,82%	23/02/2026	-	273.640	(104)	(4.904)	6.587	-	5.224	280.443
Claro	d.3)	Amov Finance	4,90%	11/03/2030	-	5.306.743	-	-	76.700	-	(4.817.673)	(565.770)
Claro	d.4)	Nil International	4,22% (*) (**)	29/03/2026	-	-	-	-	210.404	-	7.621.376	7.984.359
Claro NXT	d.4)	Nil International	4,54% (*) (**)	11/06/2023	-	-	-	-	106.546	-	3.498.547	4.283.907
Claro NXT	d.5)	Amov Finance	6,10%	17/12/2021	-	-	(1.967.240)	(5.333)	4.666	-	1.967.907	-
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	11,50%	15/03/2027	-	-	(1.493.243)	(141.933)	198.234	-	4.686.039	3.249.097
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	2,54%	15/01/2026	-	-	(104)	(18.122)	28.162	-	2.007.515	231.646
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	2,54%	27/01/2026	-	-	(104)	(1.136)	1.759	-	125.364	14.462
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	2,54%	28/01/2026	-	-	(104)	(1.141)	1.759	-	125.355	14.466
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	2,82%	26/02/2026	-	-	(104)	(2.569)	3.907	-	250.208	28.935
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	3,14%	06/03/2026	-	-	(104)	(11.424)	8.703	-	505.237	58.155
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	3,14%	10/03/2026	-	-	(104)	(11.315)	8.703	-	505.150	58.035
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	4,90%	11/03/2030	-	-	(104)	(152.401)	128.851	-	4.817.673	536.554
Claro	d.7)	Amov Finance	10,30%	26/07/2028	-	1.538.000	(20)	(17.161)	69.965	-	-	1.590.784
Claro	d.8)	Amov Finance	12,20%	16/11/2028	-	543.850	-	-	8.478	-	-	552.328
Claro	d.9)	Amov Finance	12,00%	20/12/2028	-	571.740	-	-	2.287	-	-	574.027
					18.499.274	29.861.083	(26.842.838)	(1.481.972)	2.252.397	-	13.087.830	913.873
												36.289.647

(\*) taxa média  
 (\*\*) vencimento final dos contratos  
 (1) Todos os contratos listados acima são sem garantias.  
 (2) Em 2021 as controladas Claro e Claro NXT liquidaram juros e anteciparam a liquidação parcial de alguns contratos de empréstimos com a Amov Finance B.V. e América Móvil S.A.B. de C.V.  
 (3) Em 11 de janeiro de 2021, a controlada Claro fez uma reestruturação da dívida, com a troca de credores dos empréstimos e não houve alterações nos demais termos contratuais.

Empresa	Ref.	Parte relacionada	Taxas efetivas a.a.	Vencimento (1)	Consolidado					Operações societárias (Nota 1 ii.)	31/12/2022	
					31/12/2021	Captação	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros			Variação cambial
Claro	d.1)	Amov Finance	11,50%	15/03/2027	8.232.037	-	(364.870)	(925.220)	902.493	-	-	7.844.440
Claro	d.2)	Amov Finance	2,54%	22/01/2026	280.902	-	-	(7.086)	1.123	(10.202)	(264.737)	-
Claro	d.2)	Amov Finance	2,82%	23/02/2026	280.443	-	-	(7.441)	1.507	(9.772)	(264.737)	-
Claro	d.2.1)	Amov S.A.B. de C.V.	2,54%	22/01/2026	-	-	-	-	1.304	(4.561)	264.737	261.490
Claro	d.2.1)	Amov S.A.B. de C.V.	2,82%	23/02/2026	-	-	-	-	1.304	(4.484)	264.737	251.557
Claro	d.4)	Nil International	4,22% (*) (**)	29/03/2026	7.984.359	-	-	-	282.709	(515.565)	-	7.751.503
Claro NXT	d.4)	Nil International	4,54% (*) (**)	11/06/2023	4.283.907	-	-	-	114.455	(277.194)	-	4.121.168
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	11,50%	15/03/2027	3.249.097	(917.054)	(364.530)	-	339.458	-	-	2.306.971
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	2,54%	15/01/2026	2.249.097	-	-	(54.670)	45.738	(125.819)	(1.876.599)	237.747
Claro NXT	d.6.1)	Olympic Plaza Holding	2,54%	15/01/2026	-	-	-	-	6.252	(15.278)	1.128.783	1.119.575
Claro NXT	d.6.1)	Amov S.A.B. de C.V.	2,54%	15/01/2026	-	-	-	(986)	1.027	(6.525)	530.305	523.821
Claro NXT	d.6.1)	América Móvil Perú	2,54%	15/01/2026	-	-	-	-	1.205	(2.944)	217.511	215.772
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	2,54%	27/01/2026	140.345	-	-	(3.277)	3.305	(9.152)	-	131.221
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	2,54%	28/01/2026	140.335	-	-	(3.279)	3.305	(9.150)	-	131.211
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	2,82%	26/02/2026	280.377	-	-	(6.680)	7.342	(18.890)	-	262.149
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	3,14%	06/03/2026	560.567	-	-	(14.149)	16.353	(38.648)	-	524.123
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	3,14%	10/03/2026	560.469	-	-	(14.065)	16.353	(38.725)	-	524.032
Claro NXT	d.6)	Amov Finance	4,90%	11/03/2030	5.330.573	-	-	(253.508)	252.979	(346.022)	-	4.984.022
Claro	d.7)	Amov Finance	10,30%	26/07/2028	1.590.784	-	-	(168.973)	160.612	-	-	1.582.423
Claro	d.8)	Amov Finance	12,20%	16/11/2028	552.328	(89.861)	(40.760)	-	32.282	-	-	(453.989)
Claro	d.9)	Amov Finance	12,00%	20/12/2028	574.027	-	-	-	69.562	-	-	574.027
Claro	d.10)	Amov Finance	13,20%	26/07/2028	-	511.070	-	(34.293)	37.478	-	-	514.256
Claro	d.11)	Amov Finance	12,95%	05/10/2028	-	337.669	-	-	10.689	-	-	348.358
Claro	d.12)	Amov Finance	13,18%	28/12/2028	-	421.536	-	-	617	-	-	422.153
					36.289.647	1.270.275	(1.371.785)	(1.968.479)	2.309.453	(1.432.931)	-	(453.989)
												34.642.191

(\*) taxa média  
 (\*\*) vencimento final dos contratos  
 (1) Todos os contratos listados acima são sem garantias.  
 d.1) Em 11 de janeiro de 2021, a controlada Claro fez uma reestruturação da dívida alterando o credor de América Móvil S.A.B. de C.V. - México, para Amov Finance B.V. - Holanda. As demais condições contratuais permaneceram inalteradas.  
 Entre 1º e 11 de janeiro de 2021 a controlada Claro antecipou o pagamento parcial de alguns contratos no valor de R\$48.855 de principal e R\$67.459 de juros, para a América Móvil S.A.B. de C.V. e, de janeiro a setembro de 2021, a controlada Claro antecipou pagamentos à Amov Finance, sendo R\$417.174 de principal e liquidou juros devidos no total de R\$833.388.  
 Em 30 de setembro de 2021, a controlada Claro fez uma reestruturação da dívida alterando o credor de América Móvil Perú S.A.C. - Peru, para Amov Finance B.V. - Holanda. Permaneceram inalteradas as demais condições contratuais.  
 d.2) De janeiro a março de 2021, para compor o repertório de passivos, da controlada Claro, as controladas Claro e Claro NXT contraram os empréstimos a seguir, no valor total de USD800.000, com as seguintes características:

Devedor	Valor (USD)	Data da contratação	Taxa de juros	Vencimento
Claro	50.000.000	22/01/2021	2,54%	22/01/2026
Claro	50.000.000	22/02/2021	2,82%	23/02/2026
Claro NXT (*)	400.000.000	15/01/2021	2,54%	15/01/2026
Claro NXT (*)	25.000.000	27/01/2021	2,54%	27/01/2026
Claro NXT (*)	25.000.000	28/01/2021	2,54%	28/01/2026
Claro NXT (*)	50.000.000	26/02/2021	2,82%	26/02/2026
Claro NXT (*)	100.000.000	05/03/2021	3,14%	06/03/2026
Claro NXT (*)	100.000.000	09/03/2021	3,14%	10/03/2026

(\*) Trata-se da operação societária, conforme Nota 1 iii./iv.  
 d.2.1) Em 14 de outubro e 24 de novembro de 2022, a controlada Claro fez uma reestruturação da dívida alterando o credor de Amov Finance - Holanda para América Móvil S.A. de C.V. - México. Permaneceram inalteradas as demais condições contratuais.  
 d.3) Em março de 2021, a controlada Claro, fez a modificação de um contrato da dívida, cujo saldo era de R\$5.306.743. As principais alterações foram a troca da moeda de Reais para Dólares Americanos, redução da taxa de juros fixa de 11,5% para 4,9% a.a., e alongamento do perfil da dívida, alterando o vencimento de 2021 para 2030.  
 d.4) Em 05 de fevereiro de 2021, foram realizadas operações societárias onde a controlada Claro incorporou a NXT Par. Nesta mesma data, alguns passivos da Claro NXT foram cindidos e incorporados pela controlada Claro. Desta forma, a partir de 05 de fevereiro de 2021 a controlada Claro assumiu as obrigações das dívidas das companhias citadas, mantendo em plena eficácia e efeito os mesmos termos e condições originalmente contratados.  
 d.5) No dia 18 de dezembro de 2019, a controlada Claro NXT firmou com a Amov Finance B.V. um contrato de empréstimo no valor de R\$2.110.000. Este empréstimo foi utilizado para compor o repertório de passivos da subsidiária. No decorrer de 2020 e 2021, a Companhia efetuou o pagamento total deste contrato.  
 d.6) Em 26 de julho de 2021, com o objetivo de alongar o perfil da dívida e melhor adequação ao fluxo de caixa. A controlada Claro NXT realizou pagamento parcial de empréstimo junto à Amov Finance B.V., no valor de R\$1.493.243 de principal e juros de R\$52.679.  
 d.6.1) Em 14 de outubro e 24 de novembro de 2022, a controlada Claro NXT Telecomunicações fez uma reestruturação de uma dívida alterando o credor de Amov Finance - Holanda para América Móvil Perú S.A.C. - Peru, América Móvil S.A. de C.V. - México e Olympic Plaza Holding, N.V. - Holanda. Permaneceram inalteradas as demais condições contratuais.  
 d.7) Em 26 de julho de 2021 a controlada Claro contraiu um novo empréstimo com a Amov Finance B.V., no valor de R\$1.538.000, com taxa de juros de 10,3% a.a. a serem pagos semestralmente, e vencimento final em 26 de julho de 2028.  
 d.8) No dia 16 de novembro de 2021 a controlada Claro contraiu novo empréstimo no valor de R\$543.850, com taxa de juros de 12% a.a. a serem pagos semestralmente, e vencimento em 16 de novembro de 2028.  
 Em 14 de junho de 2022, com a Cisão parcial da controlada Claro para a TBSA foi realizada a transferência parcial do principal contrato (Nota 1 ii.).  
 d.9) No dia 20 de dezembro de 2021 a controlada Claro contraiu novo empréstimo no valor de R\$571.740, com taxa de juros de 12% a.a. a serem pagos semestralmente, e vencimento em 20 de dezembro de 2028.  
 d.10) No dia 15 de junho de 2022 a controlada Claro contraiu novo empréstimo no valor de R\$511.070, com taxa de juros de 13,2% a.a. a serem pagos semestralmente, e vencimento em 15 de junho de 2028.  
 d.11) No dia 05 de outubro de 2022 a controlada Claro contraiu novo empréstimo no valor de R\$337.669, com taxa de juros de 12,95% a.a. a serem pagos semestralmente, e vencimento em 05 de outubro de 2028.  
 d.12) No dia 28 de dezembro de 2022 a controlada Claro contraiu novo empréstimo no valor de R\$421.536, com taxa de juros de 13,18% a.a. a serem pagos semestralmente, e vencimento em 28 de dezembro de 2028.

**Debêntures**  
 Em 27 de julho de 2018 a Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures quirográficas privada, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$1.515.000 de principal, remuneradas a 104,25% do CDI, juros a serem pagos semestralmente a partir de janeiro de 2019, e prazo de 3 anos, com vencimento final em julho de 2021. Estas debêntures foram subscritas em sua totalidade pela controlada Claro. Nesta mesma data a controlada Claro realizou a 8ª (oitava) emissão de debêntures quirográficas privada, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$1.515.000 de principal, remuneradas a 105% do CDI, juros a serem pagos semestralmente a partir de janeiro de 2019, e prazo de 3 anos, com vencimento final em julho de 2021.  
 Em 27 de julho de 2020, a controlada Claro transferiu a totalidade das debêntures adquiridas para a controlada Americal.  
 Em 27 de julho de 2021 a controlada Claro liquidou a oitava emissão de debêntures quirográficas privada, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$1.515.000 de principal, e juros de R\$22.968.  
 Em 27 de julho de 2021, a Companhia realizou a segunda emissão privada de debêntures quirográficas, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$1.538.000 de principal, remuneradas a CDI mais 1,55%, juros a serem pagos semestralmente a partir de janeiro de 2022, prazo de 3 anos, com vencimento final em 27 de julho de 2024. Estas debêntures foram subscritas em sua totalidade pela controlada Claro NXT.  
 Em 27 de janeiro de 2022, a Companhia alterou a forma de pagamento dos juros da 2ª emissão privada de debêntures quirográficas (segunda emissão), no valor de R\$1.538.000, de pagamentos semestrais para juros a serem liquidados no final, junto com o principal em 27 de julho de 2024.

Empresa	31/12/2021	Captação	Provisão de juros	31/12/2022
Claro	1.591.177	-	224.481	1.815.658
Claro NXT	1.591.177	-	224.481	1.815.658

	Consolidado	
	2022	2021
Salário	28.617	20.543
Benefícios diretos e indiretos	788	778
Participação nos resultados	15.003	11.605
Outros	1.025	932
<b>Total</b>	<b>45.433</b>	<b>33.858</b>

**17. Planos de benefício pós-emprego**  
 Demonstrativo de movimentação no consolidado:  
 a) Ativo atuarial:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	120.515	257.583
Outros resultados abrangentes	2.216	36.087
Avaliação plano benefício definido	5.026	11.621
Recebimentos efetuados	(127.733)	(184.776)
<b>Saldo final</b>	<b>24</b>	<b>120.515</b>
Circulante	-	120.495
Não		



# CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A

## CNPJ 07.043.628/0001-13



→ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A movimentação dos arrendamentos está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	7.751.623	5.423.859
Aquisição de empresa (Nota 1 i.)	2.186.210	-
Operações societárias (Nota 1 ii./v.)	(1.168.357)	2.042.793
Adições, líquidas (1) (2)	7.160.818	1.755.547
Encargos financeiros	1.392.464	929.388
Pagamentos	(3.482.553)	(2.399.954)
<b>Saldo final</b>	<b>13.840.205</b>	<b>7.751.623</b>
Circulante	3.360.198	2.333.592
Não circulante	10.480.007	5.418.031

(1) Representam principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.  
(2) Inclui valores de base fee e terrenos reconhecidos em julho de 2022 com a parte relacionada TBSA no montante de R\$5.607.254, em decorrência da operação societária na Nota 1 ii.

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos em 31 de dezembro de 2022:

	Valor
2023	3.553.773
2024	3.075.853
2025	2.816.144
2026	2.283.413
2027	2.011.941
Posterior a 2027	7.493.672
Valores não descontados	21.234.796
Juros embutidos	(7.394.591)
<b>Saldo do passivo de arrendamento</b>	<b>13.840.205</b>

### 19. Patrimônio líquido

a) **Capital social**  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$9.509.569, divididos em 203.583.506.268 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

#### b) Reservas de lucros

1. **Reserva legal**  
Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal constituída no exercício foi até o limite de 20% do capital social realizado, de acordo com o limite legal societário. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

2. **Reserva de lucros**  
Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou a reserva de lucros no montante de R\$1.485.648 referente ao lucro líquido ajustado após dividendos a pagar e R\$16.779 de reversão de dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (em 31 de dezembro de 2021, R\$1.663.072 referente ao lucro líquido ajustado após dividendos a pagar e R\$14.645 de reversão de dividendos mínimos obrigatórios).

c) **Outros resultados abrangentes**  
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 houve o reconhecimento dos valores oriundos de ganhos e perdas atuariais no montante de R\$46.306 (R\$293.657 em 31 de dezembro de 2021) e reflexo de variação cambial sobre o investimento líquido no montante de R\$178 (R\$3.164 em 31 de dezembro de 2021).

d) **Dividendos mínimos obrigatórios**  
O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo anual obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido apurado conforme a legislação societária, após apropriação à reserva legal.

e) **Resultado por ação**  
Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu dividendo mínimo obrigatório de R\$15.007.

	2022	2021
Resultado do período atribuível aos acionistas da companhia:		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	1.579.637	1.935.026
Denominador (por lote de mil ações):	203.583.506	203.583.506
Média ponderada do número de ações ordinárias		
Lucro líquido básico e diluído por ação, em reais:	0,00776	0,00950
Ação ordinária		
A Companhia não possui nenhuma ação ordinária potencial que pudesse diluir o cálculo do resultado por ação.		

#### f) Destinação do lucro líquido

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.579.637	1.935.026
Constituição da reserva legal	(78.982)	(88.414)
Constituição de lucros a realizar	(1.485.648)	(16.799)
Dividendos mínimos obrigatórios	(15.007)	(1.663.072)
<b>20. Receita operacional, líquida</b>		

	2022	2021
Receita bruta de serviços	51.301.310	50.130.937
Receita bruta de aparelhos	2.267.910	1.898.405
Deduções de vendas:		
Tributos	(9.867.998)	(11.450.518)
Descontos	(989.122)	(834.917)
Devoluções	(39.338)	(25.909)
<b>Receita operacional, líquida</b>	<b>42.672.762</b>	<b>39.717.998</b>

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.  
**21. Custos e despesas por natureza**  
As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	2022	2021
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(25.196.435)	(23.775.050)
Despesas comerciais	(8.556.326)	(7.636.889)
Despesas gerais e administrativas	(3.173.889)	(2.959.956)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.211.703	1.030.762
<b>35.714.947</b>	<b>(33.341.133)</b>	

	2022	2021
Serviços de terceiros	(9.286.076)	(8.395.356)
Depreciação e amortização	(11.031.667)	(10.155.172)
Mão de obra própria	(4.179.513)	(3.774.172)
Interconexão	(1.508.015)	(1.461.362)
Canais de conteúdo	(4.248.099)	(4.745.785)
Custos dos aparelhos e acessórios vendidos	(1.890.868)	(1.415.489)
Taxas e contribuições	(1.845.062)	(1.463.397)
Aluguéis	(81.181)	(279.901)
Publicidade	(1.012.559)	(773.995)
Perda com recebíveis (1)	(989.281)	(712.649)
Outras receitas (custos e despesas), líquidas	(42.626)	(160.854)
<b>(35.714.947)</b>	<b>(33.341.132)</b>	

(1) Compreende provisão para perda de crédito esperadas e, também, outras perdas relacionadas com contas a receber.

### 22. Resultado financeiro, líquido

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Receitas financeiras		
Juros sobre tributos e outros	3.613	610
Receita de aplicação financeira	22	48
Outras receitas financeiras	369.373	-
Variações cambiais, líquidas	25.683	-
Variações monetárias, líquidas	3	13
<b>398.694</b>	<b>671</b>	<b>2.304.303</b>
Despesas financeiras		
Despesas com operações financeiras e juros	(224.551)	(78.123)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	(18)
Provisão de contingências	(17.345)	(33)
Juros sobre tributos	-	(626.094)
Arrendamentos	(159)	(369)
Outras despesas financeiras	-	(27.170)
Variações cambiais, líquidas	-	(49.930)
Variações monetárias, líquidas	(242.055)	(105.713)
<b>156.639</b>	<b>(105.042)</b>	<b>(4.237.069)</b>

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Receitas financeiras		
Juros sobre tributos e outros	3.613	610
Receita de aplicação financeira	22	48
Outras receitas financeiras	369.373	-
Variações cambiais, líquidas	25.683	-
Variações monetárias, líquidas	3	13
<b>398.694</b>	<b>671</b>	<b>2.304.303</b>
Despesas financeiras		
Despesas com operações financeiras e juros	(224.551)	(78.123)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	(18)
Provisão de contingências	(17.345)	(33)
Juros sobre tributos	-	(626.094)
Arrendamentos	(159)	(369)
Outras despesas financeiras	-	(27.170)
Variações cambiais, líquidas	-	(49.930)
Variações monetárias, líquidas	(242.055)	(105.713)
<b>156.639</b>	<b>(105.042)</b>	<b>(4.237.069)</b>

### 23. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	2022	2021
Corrente		
Imposto de renda	(266.461)	(456.549)
Contribuição social	(116.070)	(186.707)
Diferidos	(382.531)	(643.256)
Imposto de renda	164.668	2.281.836
Contribuição social	60.053	823.000
	224.721	3.104.836
	(157.810)	2.461.580
	(157.810)	2.461.580

A Companhia e algumas controladas possuem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas no montante total de R\$2.377.497 em 31 de dezembro de 2022 (R\$2.522.350 em 31 de dezembro de 2021), que não foram reconhecidos pelo fato de não possuírem perspectivas de realização futura. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados, estão demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.588.440	1.935.026
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(540.070)	(657.909)
Ajustes para cálculo do crédito tributário:		
Equivalência patrimonial	487.126	694.553
Perdas com recebíveis	-	-
Tributos diferidos (1)	44.116	(25.356)
Lucro da exploração	-	-
Subvenção ICMS (2)	-	-
Subcapitalização	-	-
Outras despesas não dedutíveis	-	-
Outras adições (exclusões) (3)	25	(11.288)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido do período	(8.803)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(8.803)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.803)	-
Imposto de renda e contribuição social do período	(8.803)	-
Taxa efetiva	-0,6%	N/A

1) Tributos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias constituídos no período, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade, conforme nota 7.2, e sobre diferenças temporárias sem perspectiva de recuperação conforme estudos técnicos.

2) Em 2020, com as recentes Soluções de Consulta Cosit nºs 11 e 15, de março de 2020 que confirmam a natureza interpretativa da LC 160/2017 e a

possibilidade de aplicação retroativa da norma, a controlada Claro passou a beneficiar-se dos incentivos de Subvenção ICMS sobre TV, previstos na Lei Complementar citada e no art. 30 da Lei 12.973/2014, portanto os valores correspondentes a este incentivo não são computados na determinação do lucro real, com impacto em 30 de setembro de 2022 no montante de R\$197.376 (R\$101.742 em 31 de dezembro de 2021).

3) Em 2019 e 2020 a Companhia utilizou o benefício da Lei do Bem instituído pela Lei nº 11.198/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do valor correspondente a 60% (2019) e 80% (2020) do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida lei. Entretanto tal benefício foi declarado somente na entrega da ECF de 2020 e 2021 que ocorreram em setembro de 2021 e agosto de 2022 respectivamente. Os efeitos da adoção desse benefício impactaram o IRPJ e a CSLL no ano de 2021 e 2022.

### 24. Instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos

a) **Valores estimados de mercado**  
Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos e/ou indexação a taxas de juros de mercado ou índices de correção monetária.

As aplicações financeiras estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, sem expectativa de geração de perda para a Companhia e suas controladas.

Os saldos de mútuos com partes relacionadas estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes, e em conformidade com os preços divulgados pelo Agente Fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários para cada ativo.

O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no exercício. Para determinação do valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures conforme abaixo, a Companhia utilizou taxa de juros para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva do CDI.

Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

Classificação	Hierarquia de valor justo	Consolidado	
		2022	2021
Ativo			
Caixa e equivalente de caixa	(1)	Nível 1	1.739.669
Contas a receber	(2)	Nível 2	6.426.906
Depósitos e bloqueios judiciais	(1)	Nível 1	4.377.228
			<b>12.543.803</b>

Passivo  
Fornecedores e outras contas a pagar

Passivo de arrendamento	(2)	Nível 2	11.476.617	11.476.617
Mútuos com partes relacionadas em reais	(2)	Nível 2	13.840.205	13.840.205
Mútuos com partes relacionadas em dólares	(2)	Nível 2	13.592.627	12.549.888
Empréstimos	(2)	Nível 2	21.049.564	20.047.785
Notas promissórias	(2)	Nível 2	1.688.153	1.734.210
Debêntures com partes relacionadas	(2)	Nível 2	819.049	845.275
Debêntures	(2)	Nível 2	1.815.658	1.829.968
			8.628.154	9.079.138
			<b>72.910.027</b>	<b>71.403.086</b>

(1) Ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo através do resultado;

(2) Custo amortizado.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia e suas controladas podem ser assim apresentados:

#### b) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos e emissão de notas promissórias. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	1.739.669	1.739.610
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(11.135.356)	(5.857.462)
Endividamento líquido	9.395.687	4.118.552
Patrimônio líquido	16.468.750	13.783.239
	57,1%	29,9%

#### c) Risco de taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio.

Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes riscos:

##### Risco de queda do dólar

Cenário	Dólar - 5%	R\$4.9568
Cenário I	Dólar - 25%	R\$3.9133
Cenário II	Dólar - 50%	R\$2.6089
Cenário III	Dólar + 5%	R\$5.4786
Cenário IV	Dólar + 25%	R\$6.5221
Cenário V	Dólar + 50%	R\$7.8266

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

Operação	Posição em 31/12/2022	Ganho/(perda)		
		Cenário I provável	Cenário II	Cenário III
<b>Queda do US\$</b>				
Partes relacionadas	R\$ 21.049.564	1.052.478	5.262.391	10.524.782
Fornecedores	R\$ 147.447	7.372	36.862	73.723
Outros (Ativos-Passivos)	R\$ 153.236	(7.662)	(38.309)	(76.618)
<b>Total</b>		<b>1.052.188</b>	<b>5.260.944</b>	<b>10.521.887</b>

##### Alta do US\$

Partes relacionadas	R\$ 21.049.564	(1.052.478)	(5.262.391)	(10.524.782)
Fornecedores	R\$ 147.447	(7.372)	(36.862)	(73.723)
Outros (Ativos-Passivos)	R\$ 153.236	7.662	38.309	76.618
<b>Total</b>		<b>(1.052.188)</b>	<b>(5.260.944)</b>	<b>(10.521.887)</b>

##### d) Risco da taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes cenários:

Cenário	Cenário I	Cenário II
CDI em 31/12/2022	13,65%	20,48%



# CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A

## CNPJ 07.043.628/0001-13



★ continuação

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

#### Reconhecimento da receita

O reconhecimento de receita da Companhia envolve um alto grau de controle de tecnologia da informação para se assegurar de que todas as receitas de serviços prestados e de mercadorias vendidas tenham sido mensuradas corretamente, e devidamente registradas dentro do período contábil adequado, incluindo as receitas correspondentes a serviços prestados ainda a serem faturadas. As receitas auferidas pela Companhia e suas controladas e seus critérios de reconhecimento no resultado, encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 3.19.

Tendo em vista a complexidade do processo de reconhecimento de receitas, incluindo o envolvimento da infraestrutura de tecnologia da informação e a asseguarção da integridade das informações extraídas dos sistemas de faturamento e utilizadas como elementos essenciais nos cálculos da apuração da estimativa da receita a faturar e, portanto, o correto reconhecimento das receitas da Companhia, consideramos nossos procedimentos nessa área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, dentre outros, citamos:

- Teste dos controles internos da Companhia: (i) do ambiente geral de controles de tecnologia da informação estabelecidos pela Companhia, que incluem os controles internos sobre o gerenciamento de acesso aos sistemas e dados e o gerenciamento de mudanças nos sistemas; e (ii) controles automatizados estabelecidos pela diretoria relacionados ao processo de reconhecimento de receita, bem como, controles internos para assegurar a integridade dos relatórios extraídos dos sistemas que são utilizados para determinação do saldo contábil de receita de serviços a faturar. Nos referidos testes de controles, identificamos algumas falhas na operação e/ou desenho dos controles que ensejaram a alteração da natureza, época e extensão de alguns procedimentos de auditoria;
- Análise do cálculo da estimativa da receita de serviços a faturar;
- Teste dos relatórios extraídos do sistema utilizados para cálculo da receita de serviços a faturar;
- Exames documentais da receita faturada para uma amostra de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 3.19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Aquisição da Jonava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. ("Jonava")

Conforme divulgado na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, a Companhia adquiriu 100% das ações da Jonava por R\$ 3.571.566 mil. A aquisição foi contabilizada como uma combinação de negócios. Assim, a Companhia estimou o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos bem como a contraprestação contingente prevista no contrato de compra e venda usando modelos de valorização e premissas sobre o desempenho futuro dos negócios (incluindo taxas de crescimento de receita e rotatividade anual de clientes).

Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria devido à sua complexidade à incerteza significativa relacionada à estimativa das premissas utilizadas pela diretoria na determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, sobretudo com referência ao intangível de carteira de clientes. As projeções e as premissas subjacentes são prospectivas e podem ser afetadas por eventos econômicos e condições de mercado futuros.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, dentre outros, citamos:

- Obtivemos entendimento e avaliamos o desenho dos controles em relação ao processo contábil da Companhia para combinação de negócios, incluindo controles relacionados à identificação, ao reconhecimento e à mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Avaliamos também o desenho dos controles relacionados à avaliação de premissas utilizadas, como crescimento de receita e rotatividade anual de clientes;
- A avaliação do modelo utilizado pela Companhia na determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos bem como as premissas significativas por ela utilizadas, teste da integridade e precisão dos dados subjacentes, e comparação das premissas significativas com as tendências mercadológicas e econômicas do setor;
- Envolvimento de nossos especialistas em modelos de valorização de negócios para auxiliar na avaliação das metodologias e dos modelos aplicados pela diretoria. No referido teste, identificamos distorções de auditoria oriundas da: (i) remensuração dos ativos de direito de uso, e (ii) determinação do preço de aquisição, as quais não foram corrigidas pela Companhia em decorrência da sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- Avaliamos, ainda, as divulgações feitas pela Companhia em relação à combinação de negócios divulgada na Nota Explicativa nº 1.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e as premissas de reconhecimento e mensuração adotados pela diretoria no reconhecimento dessa aquisição de negócios, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 1 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Passivos contingentes tributários

A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais de natureza tributária em diversas esferas no montante de R\$35.177.360 mil em 31 de dezembro de 2022, para os quais foi constituída provisão no montante de R\$ 5.142.909 mil, sendo o valor remanescente de R\$ 30.034.451 mil divulgados pela Companhia como perdas possíveis de ocorrer, em linha com os requerimentos da NBC TG 25 (IAS37) - Provisões, Passivo Contingentes e Ativo Contingentes, conforme divulgado na Nota Explicativa 15.1. A determinação do valor da provisão relacionada a contingências tributárias e dos valores divulgados depende de julgamentos significativos da diretoria, incluindo a análise dos assuntos que estão sendo discutidos, a opinião de seus consultores internos e externos e a incerteza nas estimativas relacionadas ao resultado das decisões judiciais.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação da possibilidade de perda de cada processo, assim como a estimativa do valor de perda dos processos considerados com probabilidade de perda provável, e também da definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionados às provisões e passivos contingentes, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria sobre os passivos contingentes tributários incluíram, dentre outros:

- Entendimento com base em discussões com a diretoria e seus assessores legais internos, sobre os processos em andamento, riscos e controles internos implementados pela diretoria;
- Teste dos controles internos da Companhia sobre os passivos contingentes tributários;
- Envio de cartas de confirmação aos assessores jurídicos externos contratados pela diretoria indagando quanto ao prognóstico em relação às causas patrocinadas e os valores envolvidos em cada ação que a Companhia é parte e confronto com os registros contábeis correspondentes em 31 de dezembro de 2022;
- Testes de validação aritmética dos montantes registrados pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 comparativamente aos controles internos utilizados para apurar as estimativas para os processos em andamento cujo prognóstico foram considerados como provável ou possível pela diretoria.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão e divulgação das contingências tributárias, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e as premissas utilizados pela diretoria no reconhecimento e mensuração da referida provisão, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 15.1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo

com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

##### Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu, relatório, em 30 de março de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

##### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

##### Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

##### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2023



**ERNST & YOUNG**  
AUDITORES INDEPENDENTES S.S. LTDA.  
CRC-SP034519/O  
**Bruno Mattar Galvão**  
Contador - CRC-SP267770/O

